DIARIO OFFICIAL

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXXIX — 12º DA REPUBLICA — N. 38

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA 8 DE FEVEREIRO DE 1900

SUMMARIO

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Expediente de 5 e 6 do corrente, da Directoria da Justiça — Expediente de 2 a 6 do corrente da Directoria Geral de Saude Publica — Policia do Districto Federal.

Ministerio da Fazenda — Títulos e portarias de 6 do corrente — Expediente de 7 do corrente, da Directoria do Expediente do Thesouro Federal — Expediente de 31 do mez findo, da Directoria das Rendas Publicas — Recebedoria.

Ministerio da Marinha — Portaria de 7 do corrente — Expediente de 25 a 31 do mez findo — Requerimentos despachados.

Ministerio da Guerra — Portarias de 6 do corrente — Expediente de 31 do mez findo — Requerimentos despachados.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Requerimento despachado, da Directoria Geral de Contabilidade — Requerimentos despachados, da Directoria Geral de Obras e Viação — Directoria Geral dos Correios.

CAMARA DOS DEPUTADOS.

REDAÇÃO.

RENDAS PUBLICAS — Rendimentos da Alfandega do Rio de Janeiro, da Recebedoria e da Recebedoria do Estado de Minas Geraes na Capital Federal.

NOTICIARIO.

CONTAS E AVISOS.

PARTE COMMERCIAL.

SOCIEDADES ANONIMAS — Balancete do London and River Plate Bank, limited — Balancete do Banque Francaise du Brésil.

ANNUNCIOS.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Expediente de 5 de fevereiro de 1900

DIRECTORIA DA JUSTIÇA

Remetteu-se ao commandante da brigada policial, para os fins convenientes, a patente do major honorario da mesma brigada Domingos Martins de Oliveira Paranhos, declarando-se ao dito commandante que, a 16 de janeiro ultimo, foi enviado ao Ministerio da Guerra o requerimento em que o referido official pede a expedição da sua patente de capitão honorario do exercito.

Dia 6

Autorizou-se o commandante da brigada policial a mandar passar a certidão pedida pelo tenente honorario e alferes da mesma brigada João Lino Gonçalves, relativamente aos descontos que sofre em seus vencimentos, de accordo com o aviso deste ministerio, de 24 de janeiro ultimo.

— Concederam-se 60 dias de licença, com ordenado, nos termos do art. 33, § 1º, n. 2, e § 2º, do decreto n. 2.464, de 17 de fevereiro de 1897, ao adjunto dos promotores publicos deste districto, bacharel Renato Carmil, para tratar de sua saude.

— Communicou-se:

Ao presidente do Supremo Tribunal Federal, em observancia do art. 27, § 1º, da lei n. 221, de 20 do novembro de 1894, que se

acha vago o lugar de juiz federal na secção do Amazonas, por haver sido aposentado o bacharel Salustino Gomes da Silveira, por decreto de 3 do corrente mez;

Ao chefe de policia desta Capital, em referencia ao officio n. 10, de 12 de janeiro ultimo, que o inspector geral das Obras Publicas, em officio de 31 do mesmo mez, informa não haver falta de agua no centro policial do Meyer, acrescentando que, sendo o predio de propriedade particular, ao respectivo proprietario cabe estabelecer um registro de irrigação com a competente mangueira, de modo que a limpeza das cocheiras seja feita com a possivel regularidade; bem assim que o supprimento de agua do edificio em que funciona o centro deve ser feito por meio de hydrometro, como determina o regulamento n. 3.056, de 24 de outubro de 1898.

— Devolveram-se ao presidente do Estado de Minas Geraes as cartas rogatorias dirigidas ás justicas do reino de Italia, para citação do padre Sabbato Antonio Magalli, as quaes não podem ser encaminhadas a seu destino, não só por não estarem selladas com estampilhas da União, mas tambem por faltarem a legalização consular e a respectiva tradução, conforme preceitua as circulares n. 323, de 10 de junho de 1879, e 37, de 11 de junho de 1836.

— Remetteram-se:

Ao Ministerio das Relações Exteriores, a fim de ser encaminhada a seu destino, a carta rogatoria dirigida pela Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal ás justicas da cidade de Lisboa, Portugal, a requerimento de Luiz Antonio Pereira para citação de herdeiros de Antonio Joaquim Alves Nogueira;

Ao presidente do Estado de Minas Geraes, a fim de ser providenciado como no caso couber, copia do officio que á Directoria de Estatística dirigiram os officiaes do registro civil de Uberaba e Campo Alegre, naquelle Estado, relatando as irregularidades que se dão no relatando serviço;

Ao general commandante superior da guarda nacional desta Capital, para os fins convenientes, as patentes dos officiaes da mesma milicia 1º tenente Mario Rodrigues da Fonseca Lessa e alferes Raymundo da Silva e Cunha Filho e José Araujo Coutinho Sobrinho.

Expediente de 2 de fevereiro de 1900

DIRECTORIA GERAL DE SAUDE PUBLICA

Communicou-se ao Ministro da Guerra que, por portaria de hontem, ficou revogada a de 28 de outubro do anno proximo findo.

— Remetteram-se:

Ao director geral de contabilidade deste ministerio contas, nas importancias de 63\$100 e 36\$500, ambas de Ottoni, Silva & Comp.;

Ao Dr. director da Estrada de Ferro Central do Brazil os laudes dos exames de validade a que foram submettidos José Antonio do Amaral Junior, Antenor Rezende da Silva e Guilherme Bernardino de Oliveira;

Ao administrador dos Correios do Districto Federal idem de Marcello Pereira Cardoso.

Dia 3

Remetteram-se ao director geral de contabilidade deste ministerio a conta, na importancia de 1:166\$666, de José Fernandes de Almeida, e as folhas do pessoal subalterno do Hospital Paula Candido, do pessoal destacado na estação da visita do porto, da tripolação do vapor *Paula Candido*, do interpreté e do servente do Laboratorio Bacteriologico desta Directoria Geral, todos do mez de janeiro findo.

— Communicou-se ao Dr. director do Lazareto da Ilha Grande que nesta data seguo para esse lazareto, a fim de substituir interinamente o pharmaceutico José Pires Filho, o Sr. Bento Urbano da Costa.

— Accusou-se ao Dr. Gustavo A. da Silveira o recebimento de seu officio circular n. 9, de 30 do mez proximo passado.

Requerimentos despachados

Antonio de Oliveira Maia. — Não ha mais mercadorias prohibidas de origem fluminense.

João Vital de Mattos. — Concedo a licença. *The British Bank of South America*. — Será entregue a quem se apresentar com poderes para receber e passar o documento de descarga da administração do lazareto.

Dia 5

Remetteram-se:

Ao Dr. director do Lazareto da Ilha Grande contas, nas importancias de 220\$, 21\$, 1:349\$400, 836\$600 e 352\$500, de Fernandes & Fonseca, Leuzinger & Comp., Charles Hue, e Ottoni, Silva & Comp.;

Ao Dr. director do Hospital Paula Candido contas, nas importancias de 131\$300, 168\$700, 353\$400, 140\$480, 44\$300, 901\$300, 58\$500 e 121\$, de Charles Hue, Augusto Maria da Motta, Ferraz & Valladão, Ottoni, Silva & Comp. e Souza & Torres;

Ao Dr. chefe do Laboratorio Bacteriologico desta directoria geral a conta, na importancia de 448\$, de A. J. Pereira de Barbedo;

Ao Dr. secretario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o diploma registrado do Dr. Gabriel Pio da Silva Junior.

— Communicou-se ao Dr. ajudante em serviço na visita interna do porto que nesta data foi concedida uma licença de quatro dias ao navio inglez *Ormeley*, para atracar á ilha de Mocanguê.

— Solicitaram ao Dr. chefe de policia do Districto Federal providencias no sentido de ser capturado, com urgencia, o individuo causador dos factos graves occorridos ultimamente no Hospital de S. Sebastião.

— Accusou-se:

Ao Dr. inspector de saude do porto da Bahia o recebimento de seu officio n. 14, de 19 de janeiro ultimo;

Ao Dr. director do 2º districto marítimo idem de seu officio n. 33, de 24 de janeiro ultimo;

Ao Dr. director de hygiene do Estado do Rio Grande do Sul idem de seu officio n. 26, de 22 de janeiro ultimo;

Ao Dr. director do 3º districto sanitario marítimo idem de seu officio n. 23, de 20 de janeiro ultimo.

—Remetteram-se aos seus destinos os seguintes laudos de exames de validez:

Ao director geral dos Correios do Districto Federal o de Arnaldo Frederico de Almeida e Albuquerque;

Ao administrador dos Correios do Districto Federal o de Rodolpho Neiva.

Requerimento despachado

Joaquim José de Brito.—Sim, por quatro dias.

Dia 6

Solicitaram-se ao director geral de contabilidade deste ministerio providencias para que na Alfandega do Santos seja posto á disposiçao do Dr. inspector de saude deste porto o credito de 4:080\$, afim de occorrer a diversos despezas, até o fim do junho do corrente anno, assim como o credito de 1:000\$, na Delegacia Fiscal no Estado da Bahia á disposiçao do Dr. inspector de saude do mesmo Estado, para occorrer aos concertos das duas lanchas a vapor pertencentes á repartiçao a seu cargo.

— Communicou-se :

Ao inspector da Alfandega desta Capital que foi concedida uma licença de quatro dias ao navio inglez *Ormeley*, para atracar á ilha do Mocanguê;

Ao capitão do porto do Rio de Janeiro idem.

— Accusou-se:

Ao Dr. inspector de saude do porto do Santos o recebimento de seus officios ns. 33 e 34, ambos de 2 do corrente;

Ao Dr. director do Observatorio do Rio de Janeiro idem de seu officio n. 14, de 3 do corrente;

Ao Dr. chefe de policia do Districto Federal idem de seu officio n. 682, de 3 do corrente;

Ao Dr. inspector de saude do porto do Amazonas idem de seu officio n. 3, de 9 de janeiro ultimo.

—Remetteram-se aos seus destinos os seguintes laudos de exame de validez:

Ao Dr. director da Estrada de Ferro Central do Brazil os de Manoel Rodrigues da Silva e Evaristo da Silva Balthar;

Ao Dr. director da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro o de Alexandre Gomes da Silva Chaves.

POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL

Por actos de 7 do corrente :

Foram demittidos o escrevente da inspecção de vehiculos Antonio Benedicto Pires da Silva e o auxiliar Arthur Salgueiro;

Foi suspenso, por trinta dias, o escrevão da delegacia auxiliar, Sr. Luiz de Andrade;

Foi nomeado escrevão interino da 1ª delegacia auxiliar o cidadão Benevenuto Pereira.

Ministerio da Fazenda

Por titulos de 6 do corrente mez:

Foi nomeado Paulo Gonçalves Coelho da Silva para o lugar de administrador das capacidades da Alfandega de Macahé;

Foi exonerado José Pedro Meirelles do lugar de fiscal dos impostos de consumo na 7ª circumscripção do Estado de S. Paulo.

— Por portaria de 6 do corrente, foi prorogada por dois mezes, com vencimento, a licença em cujo gozo se acha o thesoureiro da Alfandega de Pernambuco João Vicente de Queiroz, para tratar de sua saude onde lho convier.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal

Dia 7 de fevereiro de 1900

Expediente do Sr. Ministro:

Ao Ministerio da Guerra:

N. 14—Pedindo se digne de declarar qual a situação do secretario aposentado do Arsenal de Guerra desta Capital Antonio de Drummond, nos mezes de junho a agosto do anno proximo findo, afim de poder ser expedido o seu titulo de inactividade.

— Ao Tribunal de Contas:

N. 13—Remettendo, para os devidos effectos, os decretos ns. 3.583 e 3.584, de 5 do corrente mez, abrimto ao Ministerio da Fazenda os creditos de 115:057\$500 e 5:205\$655, para liquidação das indemnizações devidas á Caixa Municipal de Beneficencia do Rio de Janeiro e ao capitão Francisco de Carvalho Salomé Pereira.

—A' Casa da Moeda:

N. 2—Remettendo, para informar, cópia da representação do director das Rendas Publicas do Thesouro Federal sobre as irregularidades que se tem dado no serviço do supprimento de estampilhas dos impostos do consumo ás diversas repartições de fazenda nos Estados.

Requerimentos despachados

José G. Riera, pedindo seja nullificada a procuração pela qual conferiram a João Rodrigues de Barros e Manoel de Souza Filho poderes para receberem uma divida de exercicios findos, á vista de um documento que apresenta.—De accordo com o parecer. O documento apresentado não é habil para invalidar a procuração em causa propria.

Maximiliano Augusto do Nascimento e João Candido da Silva, 3ª escripturarios, este da Recebedoria desta Capital e aquelle da Alfandega do Rio de Janeiro, pedindo permuta dos respectivos logares.—A' vista da informação, indeferido.

Luiz Antonio Colonia, pedindo pagamento de uma divida de exercicios findos pertencente aos filhos menores do finado José Antonio da Veiga, dos quaes o tutor.—Satisfaca a exigencia dos pareceres.

Directoria das Rendas Publicas

Expediente de 31 de janeiro de 1900

A' Alfandega do Rio de Janeiro :

N. 3—Convindo que esta directoria esteja habilitada com o conhecimento exacto do movimento dos sellos de consumo, convém que esta alfandega envie segundas vias dos pedidos que fizer á Casa da Moeda.

— A' Alfandega de Macahé :

N. 1—Identica á do n. 3 á Alfandega do Rio de Janeiro, desta data.

— A' Recebedoria :

N. 4—Identica á do n. 3 á Alfandega do Rio de Janeiro, desta data.

N. 2—A' Prefeitura do Districto Federal: Restituindo-se o processo de aforamento de terrenos accrescidos e accrescidos de accrescidos, á rua da Saude, fundos do predio n. 2, requerido por Antonio de Souza Ribeiro, digne se essa Prefeitura, examinando o processo que deu lugar á concessão das marinhas de que trata o titulo junto ao mesmo, submeter á approvaçao do Ministerio da Fazenda as modificações que julgar convenientes introduzir naquella concessão, para que se possa effectuar em termos regulares á do accrescidos e de accrescidos de accrescidos a que se refere o citado officio.

—A' Casa da Moeda:

N. 29 — Tendo o collector de Itaboraiz communicado que remetteu pelo Correio a

este estabelecimento 206 estampilhas do sello adhesivo na importancia de 3:350\$, sendo 77 da taxa de 10\$ no valor de 770\$ e 129 da de 20\$ no valor de 2:580\$, convém que, depois dos necessarios exames, informe si as estampilhas couberem quer na quantidade remetida quer na importancia, providenciando ao mesmo tempo para que entrem em circulaçao no caso de se acharem perfeitas.

N. 30—Providencie no sentido de serem de ora em diante remetidas á Exactoria Federal em Petropolis estampilhas de consumo sem gomina, conforme solicitou o respectivo exactor.

N. 32—Para que esta directoria esteja habilitada com o conhecimento exacto do movimento de sellos de consumo, convém que, de ora em diante, todas as vezes que attender á requisiçao das diversas estações fiscaes dê conhecimento das remessas a esta repartiçao.

Para facilidade de expediente esta communicação será em simples nota assignada pelo director da Casa da Moeda ou por quem for encarregado desse serviço, conforme o modelo junto.

—A' Imprensa Nacional:

N. 5—Providencie no sentido de ser enviada a esta directoria, uma demonstração das estampilhas dos impostos de consumo ahí existentes e provenientes de restituición feitas por diversas estações fiscaes.

Esta demonstração deverá conter as seguintes especificações: qualidade, quantidade e taxa, discriminando os sellos destinados a productos estrangeiros dos applicaveis aos nacionaes.

N. 6—Remettem-se dous caixões que devem conter as estampilhas de fumos e bebidas mencionadas na relação que acompanhou o officio do collector de Itaguahy de 12 do corrente.

Procedida a devida conferencia, convém que, antes de qualquer procedimento, communique a esta directoria, tendo em vista a recommendação constante da ordem n. 5 desta data.

—A' Superintendencia da Fazenda de Santa Cruz :

N. 2 —Recommendar-se que forneça á autoridade policial os esclarecimentos requisitados em relação á invasão das mattas dessa Fazenda, e bem assim que preste essa superintendencia informações sobre o officio do Dr. chefe de policia.

—A' Exactoria de Petropolis :

N. 2 — Em solução ao officio de 28 de dezembro ultimo, declara-se que pôde enviar á Casa da Moeda não só os sellos de consumo da taxa de 0,5, que não tem mais applicação, como tambem os que ficaram inutilizados, por adherencia, dando, porém, conhecimento da devolução a esta directoria.

Quanto á segunda parte do officio, nesta data se providencia para que a Casa da Moeda faça o supprimento de accordo com o pedido dessa exactoria,

—A' Collectoria de Araruama:

N. 1 — Em solução ao officio de 24 de outubro ultimo, communicando haver nomeado o cidadão Francisco Gonçalves Marinho para agente dessa collectoria, declara-se que, em relação ao serviço federal, essa nomeação só poderá ser approvada depois de preenchidas as exigencias constantes das clausulas 25 e 26 das instrucções de 30 de setembro de 1898.

Requerimentos despachados

Dia 5 de fevereiro de 1900

De A. Pinheiro Guedes, pedindo titulos das marinhas correspondentes ao predio n. 1 da rua de S. Luiz em Nitheroy.—Reunidos a este os conhecimentos do fóros, ja exigidos,

seja encaminhado à resolução do Sr. Ministro, visto nada ter esta directoria que oppor à informação do Dr. zelador interino.

João da Rocha Tristão e outros, pedindo transferencia dos accrescidos n. 631, no porto da valla no Barreto em Nitheroy.—Satisfaça a exigencia do Dr. zelador dos proprios nacionaes.

Gustavo José de Mattos, pedindo supprimento de licença para serem transferidos para seu nome as marinhas n. 101 da rua Marechal Deodoro em Nitheroy.—Satisfaça a exigencia da secção dos proprios nacionaes e a revalidação do selo dos documentos indicados.

Ministerio da Marinha

Por portarias de 7 do corrente:

Foi nomeado o engenheiro naval de 1.ª classe capitão de mar e guerra Antonio Carlos Freire de Carvalho para exercer interinamente o cargo de director das officinas de machinas do Arsenal de Marinha desta Capital.

Foram concedidos ao escrevente de 1.ª classe Arthur Freitas de Azevedo 30 dias de licença, na forma da lei, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Expediente de 25 de janeiro de 1900

Ao chefe do Estado Maior General da Armada :

Declarando:

Que ao procurador, na Capital, domachinista Luiz Margarido Rangel, não pôde ser feito o pagamento de vencimentos durante a commissão da canhoneira *Guarany* no Amapá, porque o quantitativo destinado áquella commissão foi posto á disposição do delegado fiscal do Thesouro Federal no Estado do Pará, para pagar a quem de direito.

Haver approvedo o termo de despeza lavrado a bordo do contracto *Riachuelo*, para isentar o commissario João Teixeira de Carvalho da responsabilidade de 60 kilos de carne verde que fóra lançado ao mar devido ao seu estado de putre acção.—Ocitalo termo foi enviado á Contadoria.

— Ao inspector do Arsenal de Marinha da Capital Federal, declarando que a encomenda dos cartuchos metellicos e mais munições a que se refere o aviso de 26 de julho do anno passado está sujeita ao contracto de 19 de setembro do dito anno, que estabelece o prazo de seis mezes para a entrega dos referidos cartuchos e munições.

— Ao chefe da Repartição da Carta Marítima, declarando que o machinista que serve na Uina de gaz destinada ao balizamento illuminativo do Rio Grande do Sul está sufficientemente remunerado, por isso que tem vencimentos de embarque.

— A *Haupt Biehr & Comp.*, Rio de Janeiro, declarando haver accieito a proposta que apresentou para mandar vir da Europa, com destino aos navios da armada, cubo de linho alcatroado, á razão de um schilling por kilogramma, entregue a bordo, neste porto, correndo por conta do Governo o despacho na alfandega, e autorizando a providenciar sobre a vinda, com a maior presteza, das seguintes quantidades do dito cubo: seis pecas de 127 m/m; quatro de 110 m/m; oito de 100 m/m; dez de 90 m/m; quatro de 87 m/m; seis de 80 m/m; cinco de 75 m/m; oito de 70 m/m; sete de 60 m/m; seis de 55 m/m; seis de 50 m/m; cinco de 45 m/m; cinco de 40 m/m; seis de 35 m/m, e quatro de 30 m/m, fazendo-se pagamento em moeda nacional, ao cambio do dia em que for autorizado o processo da respectiva factura, na forma do aviso de 6 de outubro de 1896, e depois de verificado pelo Arsenal de Marinha se-o e a quantidade do alludido material.—Deu-se conhecimento á Contadoria e ao Arsenal de Marinha.

— Ao Quartel General, autorizando a conceder ao marinheiro nacional de 1.ª classe Feliciano Sarmento seis mezes de licença para ir ao Estado do Pará tratar de interesses de familia.

— Transferindo para o Estado do Maranhão a licença que obteve o invalido 2.º sargento do corpo dos marinheiros nacionaes Salomão do Nascimento, para residir fóra do asylo, nesta Capital.—Communicou-se á Contadoria.

— Ao Arsenal do Rio, mantendo o despecho constante do aviso n. 1.749, de 9 de novembro do anno passado, que indeferiu o primitivo requerimento do operario Domingos Lourenço Leckar, encarregado dos mortonas da ilha de Mocangué, pedindo quantitativo para aluguel de casa.

— Ao Arsenal de Marinha do Estado de Matto Grosso, recommendando, em attenção ao que solicitou o Ministerio da Guerra, em aviso n. 3, de 13 do corrente, que mande de-acar para o forte de Coimbra, afim de procederem á montagem de canhões Whithworth, os operarios do mesmo arsenal sufficientes para esse serviço, os quaes deverão ser municiados pelo referido forte.—Communicou-se ao Ministerio da Guerra.

— A capitania do porto de Santa Catharina, transmittindo as cartas, já assignadas, dos machinistas de 4.ª classe da marinha mercante João José de Azevedo e Paulo Wilberding.

— A capitania do porto do Rio Grande do Sul, transmittindo a carta, já assignada, do machinista de 4.ª classe da marinha mercante Miguel Pires.

Dia 26

Ao Ministerio da Fazenda:

Transmittindo o termo de inspecção de saude a que foi submittido Alberto da Silva Azevedo, filho do fallecido secretario aposentado do extinto Arsenal de Marinha do Estado de Pernambuco Antonio da Silva Azevedo, pelo qual se verifica a invalidez necessaria para a percepção do montepio deixado pelo supradito contribuinte.

Rogando expedição de ordem para que seja habilitada a Pagadoria de Marinha com o credito de 15:000\$, para attender ás ultimas despezas com a montagem do pharol da Ponta do Boi.—Communicou-se á Carta Marítima e á Contadoria.

— Ao inspector do Arsenal de Marinha da Capital Federal:

Autorizando a providenciar para que sejam fornecidos ao vapor *Commandante Freitas* os toldos de que precisa e que serão requisitados pela Repartição da Carta Marítima.—Communicou-se á citada repartição.

— Ao inspector do Arsenal de Marinha do Estado do Pará, autorizando, de accordo com as preferencias do conselho de compras allí reunido, a providenciar no sentido de serem lavrados contractos com José Nunes Leal, para o fornecimento de pão e bolacha e com M. M. Barbosa & Comp., para o de farinha de trigo as dependencias da marinha, no actual exercicio, devendo, quanto aos demais artigos, ser adquiridos por ajuste á medida das necessidades, visto não terem se apresentado concurrentes para o respectivo supprimento.

— Ao capitão do porto do Estado do Rio Grande do Norte, autorizando a mandar lavar termo de despeza na forma dos ordens em vigor, de um ancorote, dois linguados de ferro, tres ancoras mortas, uma bandeira nacional de dois pannos e uma de tres, ficando o dito termo sujeito a approvação da Secretaria de Estado.

— Ao Quartel-General:

Transmittindo a portaria de licença por seis mezes ao capitão de mar e guerra Joaquim Marques Baptista de Léo, para tratar de sua saude fóra da Republica, e declarando

que licenças dessa natureza não dão direito a pagamento em ouro nem a vencimentos do paiz estrangeiro.—Communicou-se á Contadoria.

Concedendo a permissão pedida pelo cabo de esquadra do corpo de marinheiros nacionaes José Cambota para a-signar-se de ora em deante José Aristides de Almeida.

— Ao Arsenal do Rio, autorizando, depois que forem despedidos os operarios contra ctulos para as obras do harte *Silva Jardim*, a readmittir no serviço desse estabelecimento 20 operarios extranumerarios, dos mais necessarios, os quaes serão pagos pelo quantitativo correspondente ás faltas dos do quadro, como se tem procedido com relação áquelles.—Communicou-se á Contadoria.

— A Capitania do Porto do Rio Grande do Sul, autorizando a providenciar sobre a realização dos concertos mais urgentes de que carecem o edificio em que funciona essa capitania e serve de residencia ao capitão do porto, na importancia de 900\$; a usina de gaz, galpão do balisamento e casa do gazista na de 689\$500; o galpão e deposito do patrão-mór, alojamento da marinha-gin, casas do carpinteiro e patrão-mór, na de 591,500 e a Escola de Aprendizizes Marinheiros do mesmo Estado, na de 1:222\$, de accordo com os orçamentos apresentados, sendo opportunamente concedido o credito de 3:490\$, para occorrer ao respectivo pagamento.—Communicou-se ao Quartel-General e á Contadoria.

— A Capitania do Porto de Pernambuco, declarando, em solução ao officio n. 12, de 13 de dezembro do anno passado, que tratou dos remadores do extinto Arsenal de Marinha desse Estado, do secretario da Inspeção João Sabino Pereira Gualdes e apontador José Felix Rodrigues Rosas e de accordo com a informação prestada pela Contadoria, que, consignando o orçamento do actual exercicio, na rubrica «Capitanias de portos; socorros navaes» verba para pagamento de 16 remadores, com a gratificação mensal de 40\$ cada um, e de dois patrões com a de 15\$, deve ser conservado aquelle pessoal nesse numero; e que, quanto ao secretario e apontador, não ha, no mesmo orçamento, fundos para pagamento de seus vencimentos.

Dia 27

Ao Ministerio da Fazenda, solicitando os seguintes pagamentos:

De 3:366\$310, proveniente de artigos de expediente, em adernações, publicações, etc., conforme as contas annexas á relação n. 223;

De 41:737\$900, proveniente do fornecimento de diversos artigos a este ministerio, conforme a nota sob n. 232;

De 4:931\$, proveniente de artigos de expediente, lavagem de roupa, gratificação a pharoleiros, segun lo as contas annexas á nota n. 231.

Transmittindo, competentemente discriminado, o processo de exercicio (n.º 2.975, na importancia de 916\$470, de que é credor o capitão de fragata Carlos Accioli.

— A Contadoria, transmittindo os papeis relativos a concorrência realizada no Commissariado Geral da Armada para o fornecimento, durante o actual exercicio, dos artigos que constituem os grupos ns. 6, 8, 15, 22, 27 e 33, e autorizando a providenciar sobre a celebração dos respectivos contractos, de accordo com as preferencias do Conselho Economico, menos quanto ao panno azul, que deve ser contractado com a Nova Fabrica Rink, pelo preço de 10\$500 o metro, da qualidade representada pela amostra que ora se lhe envia.

— Ao Quartel General, declarando que, de accordo com o parecer do Conselho Naval, em consulta n. 8.35, de 19 do corrente, resolve que ao 1.º tenente Barão Silveira de Miranda, reformado por decreto de 23 de março de 1896, com a percepção de 17 vi-

gessimas quintas partes do soldo, por contar 17 annos, 9 mezes e 2 dias de serviço, seja contada como um anno completo, conforme requereu, a duração de 9 mezes e 2 dias, o que lhe dá direito ao abono de mais uma vigessima quinta parte do soldo, a contar de 7 de julho do anno passado.—Communicou-se ao Supremo Tribunal Militar e à Contadoria.

— Ao Ministerio das Relações Exteriores, transmittindo, por cópia, o officio da Capitania do Porto do Estado de Santa Catharina, noticiando o naufragio do lugár francez *Marie Charlotte*, na barra do sul do mesmo Estado.

— Ao Ministerio da Guerra, declarando não dispor o Arsenal de Marinha desta Capital, de boia alguma de amarração que possa fornecer à Directoria Geral de Engenharia, com destino á fortaleza da Lage, nem poder, presentemente, encarregar-se de sua confecção, por falta de pessoal e affluencia de trabalho na respectiva officina, entretanto, poderá contratar o fornecimento da mesma e fazer fiscalizar a sua construcção.

— Ao engenheiro naval capitão-tenente Bartholomeu Francisco de Souza e Silva—Bahia—Autorizando a providenciar sobre a transferencia dos effeitos da Fazenda Nacional, existentes no pavimento terreo do edificio cedido ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas e no qual se acha installado o almoxarifado do extinto Arsenal de Marinha do Estado da Bahia, para outro proprio do mesmo arsenal.—Communicou-se ao referido ministerio.

— Ao Arsenal de Marinha da Capital Federal, autorizando a execução dos concertos de que carecem as officinas da Directoria de Obras Hydraulicas do mesmo arsenal e recommendando que, para tal fim, seja aproveitado o material ali existente, de modo a não onerar muito a verba.—Obras.—Communicou-se á Contadoria.

— A' Contadoria, devolvendo, já approvada, a minuta do ajuste a firmar-se, com a maxima urgencia, com Figueira & Diniz, para a execução das obras de que necessita a torpedeira *Pedro Ivo*.

Dia 29

Ao Ministerio da Fazenda, solicitando providencias no sentido de ser a pagadoria deste ministerio habilitada, mediante registro prévio, com os credits constantes da demonstração que ora lhe é enviada, na importancia de 415:000\$, para occorrer ás despesas de caracter urgente e inalienavel.

— Ao capitão de fragata Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes—Toulon—Recommendando, á vista do que solicitou o Ministerio do Industria, Viação e Obras Publicas, a fiel observancia do aviso n. 1.833, de 27 de setembro de 1895, que determina que nos telegrammas officiaes da Europa para o Brazil se indique sempre a via de transmissão—Teneriffe—Noronha.—Communicou-se ao Quartel General e ao citado ministerio.

— Ao Ministerio da Guerra, pelindo informações sobre o valor da etapa fixado para os officiaes que servem na guarnição desta Capital e Estados da Republica, a vigorar no corrente semestre.

— Ao Quartel-Genera:

Transmittindo as patentes dos seguintes officiaes capitão-tenente Themistocles Nogueira Sávio, commissario de 4.ª classe Luiz José do Lima Junior e guardas-marinha confirmados Alaberto Guimarães Bastos, Dario Paes Leite de Castro, Carlos Augusto Gaston Lavigne, Alvaro Augusto de Azambuja, Alfredo de Andrade Dalsworth, Nelson Peixoto Jurama, Mario de Paula Guimarães, Ayres de Carvalho, Firmino de Carvalho Santos, Raul Roberto Leite de Araujo, Alvaro de Araujo Porto, Angelo Carlos Cintra, Francisco Bomfim de Andrade, José Felix da Cunha Menezes, Olavo Luiz Vianna e Nicancor Justino Proença.

Declarando:

Terem sido nomeados para, em commissão, examinares a escripturação de fazenda nos corpos de marinha e a bordo dos navios surtos no porto desta Capital, o contra-almirante João Gonçalves Duarte, como presidente, o commissario de 1.ª classe capitão de fragata Clemeute de Alcantara Toscano e o 1.º escripturario da Contadoria Diniz Affonso Rodrigues da Silva, devendo ser designado como auxiliar do referido commissario o aspirante a commissario Willington de Lemos Villar.—Communicou-se ao contra-almirante João Gonçalves Duarte, ao conselho naval e á Contadoria.

Que, tendo resolvido reconstituir a divisão de estação, deve ella passar a ser composta dos encouraçados *Aquidaban* e *Marechal Deodoro*, cruzador-torpedeiro *Tymbira* e cruzador *Quinze de Novembro*, ficando os demais navios sujeitos exclusivamente ao Quartel-Genera.

— A' Repartição da Carta Maritima, autorizando a louvar o capitão-tenente Tito Alves de Brito pelos bons serviços que prestou, com dedicação e competencia, nos cargos de ajudante e director interino da secção de hydrographia da mesma repartição.

— Ao Arsenal de Marinha da Capital Federal, recommendando que providencie para que o contractante das obras do cruzador *Trojano*, active os trabalhos necessarios á promptificação do mesmo navio no menor prazo.

Dia 30

Ao Tribunal de Contas, transmittindo os exemplares das tabellas de distribuição de credits ás Delegacias Fiscaes nos Estados, para as despesas deste Ministerio, no actual exercicio.

— Ao Quartel General da Armada, autorizando a providenciar para que sejam effectuados os concertos de que carecem as privadas da Escola de Aprendizes Marinheiros do Estado do Rio Grande do Sul e a ponte onde as mesmas se acham collocadas, tendo em vista o orçamento apresentado pelo respectivo commandante, na importancia de 596\$800.

— A' Escola Naval, transmittindo a carta do piloto da marinha mercante Francisco da Silva, affim de ser feita a competente declaração de que passa a assignar-se Francisco da Silva Barros, conforme requerem.

— A' Capitania do Porto do Estado do Paraná, autorizando a vender em hasta publical ancha *Mac Dowel* e a respectiva caldeira que se acham muito estragadas, devendo ao producto da venda ser recolhida a repartição da União ahi estabelecida, e a machina da mesma lancha, julgada em estado regular, retirada e conservada nessa capitania até que tenha conveniente destino.

Dia 31

Ao Ministerio da Fazenda:

Solicitando providencias no sentido de ser a Alfandega de Paranaguá habilitada com o credito de 2:560\$, para attender ás despesas com os reparos de que precisa a casa dos pharoleros do pharol das Conchas.—Communicou-se á Carta Maritima e á Contadoria.

Devolvendo, visto estar provada, pelo termo de inspecção de saude, a invalidez de Alberto da Silva Azevedo, filho do fallecido contribuinte do montepio civil Antonio da Silva Azevedo, secretario aposentado do extinto Arsenal de Marinha de Pernambuco, o processo que acompanhou o aviso do mesmo ministerio n. 7, de 25 deste mez.

Declarando que este ministerio até agora não cogitou da venda do ex-cruzador *Orion*, nem pôde dispensar os serviços da dita embarcação, que é actualmente o quartel da guarnição do hiato *Silva Jardim*.

— Ao chefe do Estado Major General da Armada, declarando:

Que os fornecimentos, no actual exercicio, ás dependencias da marinha no Estado do Amazonas, devem ser feitos mediante ajustes no mercado, á medida das necessidades, visto não ter havido concurrencia para taes fornecimentos;

Que pôde providenciar no sentido de serem feitas as competentes folhas, affim de que possa ser a Contadoria autorizada a organizar o respectivo processo para pagamento do fardamento reclamado pelo guardião Lourenço do Espirito Santo;

Que não pôde ser approvedo o termo de despeza lavrado a bordo do cruzador *Primeiro de Marco*, para isentar o respectivo commissario Francisco Manoel Bittencourt da responsabilidade de 109 kilogrammas de carne secca lançados ao mar em estado de putrefacção, por ser isto devido á falta de cuidado.—Deuse conhecimento á Contadoria;

Que pôde mandar entregar ao ex-aprendiz marinho da escola desta Capital Antonio Teixeira a caderneta representativa do peculio, que deixou de receber quando teve baixa em 1895 e que se acha recolhida ao cofre do corpo de marinheiros nacionaes.

— Ao director da Escola Naval, recommendando que providencie no sentido de serem apresentadas á Contadoria as facturas correspondentes ás despesas realizadas no exercicio proximo findo, na importancia de 7:000\$, affim de que, depois do competente processo, se effectue o respectivo pagamento no Thezouro Federal.—Communicou-se á Contadoria.

— Ao capitão do porto do Estado do Paraná, recommendando providencias affim de que sejam presentes á secretaria de Estado os termos de obito dos passageiros do paquete *Victoria*, Eudoka Jakubowha e Thomaz Petrus, que se achavam de quarentena no porto de Paranaguá, visto não satisfazerem as exigencias regulamentares os attestados de obito que remetteu com o seu officio de 28 de dezembro do anno passado.

— A' Contadoria, autorizando a aceitar a letra, na importancia de 1:740\$040, saccada pelo Consulado Geral em Montevideo, a favor do Barco Italiano del Uruguay, contra a Pagadoria da Marinha, para pagamento de despesas feitas por conta deste ministerio, conforme os documentos que ora lhe são enviados.

— Ao Consulado Brasileiro:

Em Barcelona, agradecendo a gentileza com que se houve para com a marinha nacional, por occasião da estadia, nesse porto, do encouraçado *Marechal Deodoro*;

Em Gibraltar, agradecendo a communicação que fez sobre o encouraçado *Marechal Deodoro*.

— Ao Arsenal de Marinha da Capital Federal:

Recommendando que todos os operarios da Directoria de Obras Hydraulicas do mesmo Arsenal sejam concentrados nos trabalhos que tem de ser realizados na Escola Naval, visto como não podem ser admittidos, por falta de dotação orçamentaria, operarios extranumerarios ou extraordinarios.

Concedendo, de accordo com o parecer do conselho naval, emittido em consulta n. 8.360, de 23 do cadente, a gratificação adicional de 20 % sobre seus vencimentos ao operario de 2.ª classe da officina de forjas, do mesmo Arsenal, João Ribeiro Rodrigues, visto contar mais de 20 annos de serviço.—Communicou-se á Contadoria.

— A' contadoria, autorizando a providenciar para que, com a firma Felismino Soares & Comp., seja lavrado contracto para a execução dos concertos das caldeiras da torpedeira *Silvado* e o fornecimento das chaminés de que carece a mesma embarcação, pela quantia de 22:930\$.—Communicou-se ao Arsenal de Marinha desta Capital.

—A' Capitania do Porto do Estado do Espirito Santo, concedendo permissão para mandar fazer os concertos de que carece a bomba de incendio pertencente á mesma capitania, pela quantia de 180\$ em que foram orçados.

—Ao engenheiro naval capitão-tenente Bartholomeu Francisco de Souza e Silva, Bahia, determinando que as cargas provenientes do acervo do extinto Arsenal de Marinha da Bahia fiquem ahí depositadas sob a guarda e responsabilidade da respectiva Capitania do Porto, até que haja navio para transportal-as ao seu destino, e bem assim que prosiga nos trabalhos da commissão de que se acha encarregado. — Communicou-se á dita capitania.

—A' Prefeitura do Districto Federal:

Restituindo os papeis relativos ao processo de aforamento dos terrenos de marinhãs no porto de Maria Angú e bem assim dos accrescidos correspondentes requerido pelo padre Ricardo da Silva, e declarando que, segundo informa a Capitania do Porto desta Capital, não ha inconveniente no deferimento de semelhante pretensão.

Transmittindo copia do officio da Capitania do Porto desta Capital com referencia á pretensão de Olympio Ricardo O'Reilly ao aforamento do terreno de accrescido fronteiro ao predio n. 37 da praia do Cajú.

—A' Capitania do Amazonas, devolvendo, assignadas, as cartas dos machinistas de 4ª classe da marinha mercante pertencentes a Francisco Antonio de Oliveira, Joaquim Rodrigues de Sales, Americo Antonio da Silva, José Mowrthé, Hermam Alber., Onofre Antonio de Oliveira, Manoel Antonio da Costa, João da Silva Borges, Bento Franco de Sá, Carlos Pinto de Britto, e declarando que a de José Vieira da Matta foi-lha entregue nesta Capital.

Requerimento despachado

Segundo tenente José Francisco Martins Guimarães Netto. — Mantenho o despacho anterior.

Ministerio da Guerra

Por portaria de 6 do corrente, foi nomeado adjunto da 2ª secção da Direcção Geral de Engenharia o capitão do corpo de engenheiros José Ferreira Maciel de Miranda.

Expediente de 31 de janeiro de 1900

Ao Sr. Ministro da Fazenda:

Pedindo providencias para que:

Ao coronel do corpo de Estado Maior de Artilharia Vicente Antonio do Espirito Santo seja effectuado o pagamento integral da divida, cujo direito lhe foi reconhecido, proveniente de vencimentos de lente da Escola Militar do Brazil, de 1 de novembro de 1893 a 15 de agosto de 1895;

Rogando que se digne devolver o processo de divida de exercicios findos, na importancia de 1:451\$372, de que é cretor o tenente-coronel da guarda nacional Mauricio Leon Sounis, afim de se poder dar solução ao seu aviso n. 4, de 12 do corrente;

Remettendo certidão do tempo de serviço de Luiz da Silva Pereira, aposentado no logar de bibliothecario da Escola Militar do Ceará, em vista do pedido que faz em aviso n. 37, de 31 de março findo;

— Solicitando pagamento:

De 229\$300, de que são credores: o ex-soldado Benedicto de Souza Freire, de 20\$680, importancia de fardamento vencido e não recebido em tempo opportuno, e Cesar Gomes & Comp. de 208\$920, por fornecimento de artigos de expediente, nos mezes de outubro a dezembro de 1898, á extinta Commissão Technica Militar Consultiva;

De 200\$ a Maria de Araujo Fernandes, a que tem direito para despezas de funeral e luto na qualidade de viuva do contribuinte do

Montepio dos Funcionarios Civis do Ministerio da Guerra, 1º official aposentado da Contadoria Geral da Guerra, Alfredo Ara-phy Fernandes.

Rogando a expedição de ordem para que sejam distribuidos:

A' Delegacia Fiscal do Thesouro Federal, no Piahy, credito da quantia de 2:000\$, que deverá ser entregue ao commandante do 35º batalhão de infantaria para attender ás despezas com o transporte do referido batalhão para o Estado do Maranhão e da qual prestará contas, correndo esse credito pelo § 16 — Material — Consignação n. 34 — Transporte de tropas — do exercicio vigente. — Fizeram-se as necessarias communicações

— A' Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Cuyabá, o da quantia de 14:825\$300 para occorrer ao pagamento de que é credora D. Maria José Villa Forte Mello, viuva do general de divisão reformado João de Oliveira Mello, proveniente da differença de vantagens de reforma, a que adquiriu direito aquelle official general pelo decreto n. 524, de 2º de novembro de 1898. — Fizeram-se as necessarias communicações.

Ao Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores, transmittindo, para que se digne tomar na consideração que merecer, o telegramma do commandante do 6º districto militar, dirigido ao chefe do Estado do Exercicio, tratando do apparecimento da peste bubonica no Rosario de Santa Fé.

Ao 1º secretario da Camara dos Deputados, transmittindo, para que se digne apresentar á mesma Camara, papeis em que o alferes do 16º batalhão de infantaria Ponciano Francisco Pereira pede ao Congresso Nacional a sua promoção ao posto de tenente por actos de bravura.

— Ao Supremo Tribunal Militar, remetendo:

Para que possam ser tomados na consideração que merecerem papeis em que Benedicto Joviano, allegando ter obtido as honras do posto de alferes do exercito por decreto de 11 de novembro de 1894, pede que lhe seja passada a respectiva patente, e em que o tenente honorario do exercito Joaquim Cordeiro Falcão solicita expedição da patente das honras do posto de capitão;

Para consultar, com o seu parecer, papeis em que o alferes do 5º regimento de cavallaria Olympio de Abreu Lima requer que seja contado em sua antiguidade de posto o periodo decorrido de 11 de março a 23 de junho de 1891, em que serviu como ajudante de ordens do governador do Estado de S. Paulo.

— Ao chefe do Estado Maior do Exercicio:

Transferindo, na arma de infantaria, os tenentes José Luiz Salgado da Cunha, do 17º batalhão para o 32º e Bernardino Alves Dutra deste corpo para aquelle; os alferes Otalibio Tourino de Rezende, do 13º para o 25º batalhão, conforme pede, e Miguel Joaquim Machado, alumno da Escola Militar do Brazil, do 6º para o 36º e Francisco Eutichio Galvão de Freitas do 27º para o 14º. — Communicou-se ao commandante da dita Escola quanto ao quarto.

Concedendo licença:

Ao alumno da Escola Militar do Brazil, alferes do 3º batalhão de infantaria, João Jayme Pessoa da Silveira para gosar no Estado de Santa Catharina o periodo das férias do presente anno lectivo. — Communicou-se ao commandante da mesma escola;

Ao cabo de esquadra do 26º batalhão de infantaria Gastão Raul Pereira de Andrada para, sem prejuizo do serviço Militar, praticar em telegraphia na estação telegraphica de Aracajú. — Solicitaram-se do Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas providencias para que seja o dito cabo de esquadra allí admittido;

Ao cabo de esquadra do 6º batalhão de artilharia Pedro Euzebio da Silva, incluído no Asylo dos Invalidos da Patria, para residir

no Estado de Sergipe, com as vantagens que tem naquelle estabelecimento, e a Vicente Lopes Guimarães, para residir nesta Capital, fóra do mesino asylo e com as vantagens que allí tem;

Permittindo ao alumno da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo José Amaro Coelho Cintra gosar, no Estado do Ceará a licença de 60 dias que obteve para tratamento de saude, conforme pede. — Communicou-se ao commandante da referida escola.

Mandando:

Servir addido ao 40º batalhão de infantaria, afim de allí aguardar vaga, na qual deverá ser incluído, o tenente do 34º da mesma arma Manoel da Costa Campos;

Pôr á disposição do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o general de divisão João Vicente Leite de Castro, afim de servir como commandante superior da guarda nacional desta Capital, conforme pede o mesmo Ministerio. — Communicou-se a este ministerio;

Providenciar para que se recolha ao respectivo corpo o 1º tenente do 3º regimento de artilharia José da Costa Barbosa que se acha á disposição do commandante do 3º districto militar;

Contar a praça do alferes do 1º regimento de cavallaria João Baptista Pires de Almada de 25 de janeiro de 1890, em que, de accordo com o art. 68 do regulamento que baixou com o decreto n. 9.367, de 31 de janeiro de 1885, foi transferido da Escola de Aprendizizes Artilheiros para o 2º regimento de artilharia, em vista da resolução de 9 de janeiro de 1888;

Transferir do quartel do seu regimento para a fortaleza de Santa Cruz da barra de Santa Catharina a prisão do alferes do 1º regimento de cavallaria Arthur Benjamin da Silva, em vista do seu estado de saude.

— Ao director da Fabrica de Cartuchos e Artificios de Guerra, mandando abrir concurso, de accordo com o disposto no art. 7º do regulamento vigente, para o preenchimento de dous logares de amanuense, sendo que nesta data determina-se ao commandante do Collegio Militar que designe dous professores para examinarem no dito concurso. — Expediu-se ordem neste sentido ao commandante do mesmo collegio.

— Ao commandante do Collegio Militar, mandando trançar a matricula do alumno Nelson Annibal Camisão, afim de que possa verificar praça no 3º batalhão de artilharia, conforme pede Luiz Adelaide Camisão, mãe do referido menor.

— Ao commandante da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo, mandando trançar a matricula do alumno alferes Laudelino Ramos, do 32º batalhão de infantaria, conforme pede. — Communicou-se ao chefe do Estado Maior do Exercicio.

— Ao intendente geral da Guerra:

Declarando que o fornecimento de dietas á enfermaria militar de S. Luiz de Caceres, no Estado de Matto Grosso, deverá ser feito administrativamente durante o corrente semestre, visto não terem comparecido licitantes ás concurrencias annunciadas;

Approvando a acta da sessão da commissão de compras, realizada no dia 5 do corrente, na parte relativa á aquisição de tintas e drogas; procedendo-se a nova concurrencia para aquisição de carvão.

Mandando:

Declarar ao commandante do 4º districto militar que deve ser renovado, no corrente anno, o contracto celebrado com o Dr. Arthur Baptista de Castro, para o aluguel, pelo preço de 200\$ mensaes, da casa de sua propriedade occupada pela enfermaria militar da cidade de S. João d'El-Rey; e que não pôde ser acceto o offerecimento, que fez o proprietario do referido predio, de incluir gratuitamente no contracto em questão uma casa proxima com a condição de correrem por conta do Governo os concertos em ambos os predios, por não se conhecer a natureza de taes concertos;

—Ao commandante da guarnição de Goyaz, que fica autorizado a renovar o contracto celebrado em 1895 com Simão de Souza Rego e Carvalho e Leonor Blandina de Siqueira e Carvalho e Leopoldina Blandina de Siqueira e Carvalho para o arrendamento de um predio para servir de enfermaria militar, devendo estabelecer-se a clausula de poder o Governo, si lhe convier, prorogar esse contracto por mais um anno, sem aumento de preço, e enviar-se cópia do dito contracto para approvação definitiva;

Suspende a carga feita pelo commandante do 13º batalhão de infantaria ao 2º sargento Zeferino da Costa Maia, hoje do 4º batalhão da mesma arma, e proveniente do valor das peças de fardamento de recruta prompto, que lhe foram abonadas por occasião da sua inclusão naquella corpo quando desligado da Escola Preparatoria e de Tactica do Rio Pardo;

Proceder a nova concorrência para aquisição de artigos de expediente e de escriptorio, do actual semestre, visto serem excessivos os preços apresentados nas concorrências realizadas.

—Ao director geral de engenharia:

Mandando effectuar os concertos urgentes de que necessita a fortaleza de Santa Cruz da barra do Rio de Janeiro, não excedendo a respectiva despesa da quantia de 6:914\$726;

Declarando que fica autorizado a despende 1:100\$ com a aquisição de 29 marcos de pedra para demarcação da fazenda de Pinheiro.

—As Delegacias Fiscaes do Thesouro Federal:

No Amazonias, remettendo, para informar, papeis em que o tenente honorario do exercito Francisco Ferreira de Carvalho pede pagamento de vencimentos a que se julga com direito, por ter servido como commandante da fronteira de Cucuhy;

No Maranhão, declarando que, para se poder liquidar a divida de exercicios findos da quantia de 1:005\$030, de que é credora a Companhia Geral de Melhoramentos no dito Estado, deve a mesma companhia apresentar as portarias que autorizaram o transporte de tropas na Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiros;

Em Porto Alegre, enviando papeis em que o alferes do 23º batalhão de infantaria José da Costa Vasconcellos pede verificação de sua divida para com a Fazenda Nacional e restituição do que de mais se lhe houver descontado a titulo de indemnização, afim de informar o que consta sobre o referido official no periodo decorrido de julho de 1895 a maio de 1896.

Ministerio da Guerra — N. 250 — Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1900.

Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito — O capitão do 30º batalhão de infantaria Gonçalo Muniz Telles consulta si a praça graduada que, de conformidade com o disposto no art. 213 do regulamento para os Institutos Militares de Ensino, perde a graduação por haver effectuado matricula, deve novamente correr os postos ou ser logo elevada ao posto que occupava, si for desligada no mesmo anno da matricula e novamente incluída no batalhão e companhia a que anteriormente pertencia, havendo vaga do posto que tinha.

Em solução a essa consulta, que acompanhou o officio n. 873, que em 30 de agosto ultimo, vos dirigiu o commandante do 6º districto militar, vos declaro, para os fins convenientes, que os officiaes inferiores que perdem seus postos por effeito de matricula, de accordo com o citado regulamento, não constituindo uma classe com direitos especificaes, devem, quando regressam aos corpos, percorrer a escola hierarchia, de conformidade com o que dispõem o referido artigo e o art. 38 dos regulamentos para o serviço interno e externo dos corpos arregimentados.

Saude e fraternidade. — J. N. de Medeiros Mallet.

Expediente de 1 de fevereiro de 1900

Ao Sr. Ministro da Fazenda :

Solicitanto providencias para que :

Sejam pagas as seguintes quantias :

De 924\$, á Companhia União, de fornecimento de agua, feito ás fortalezas de Santa Cruz e Lago, em dezembro de 1898 ;

De 160\$, á irmandade do SS. Sacramento da Candelaria, pelos fôros do anno de 1899, do terreno de sua propriedade occupado pelo quartel da rua Pedro Ivo e correspondente a 352 metros.

— Sejam distribuidos ás Delegacias Fiscaes do Thesouro Federal abaixo mencionadas os seguintes creditos :

De 1:381\$380, á Delegacia de Pernambuco, por conta do exercicio de 1899, para despesas com o § 16—Materiaes—consignação 29, afim de occorrer ao pagamento reclamado por Albino Campos & Irmão, por fornecimentos que fizeram ao extinto Arsenal de Guerra do mesmo Estado ;

De 9:089\$622, á referida delegacia, sendo 8:838\$065 reclamada por Maia e Silva & Comp. e 251\$557 por Albino Campos & Irmão, provenientes de varios fornecimentos feitos ao extinto Arsenal de Guerra do referido Estado ;

De 1:200\$, á Delegacia de Porto Alegre, para occorrer ao pagamento á Companhia Transporte de Docas, proveniente do aluguel da cocheira e terreno occupado pelo piquete do commando do 6º districto militar ;

De 6:918\$, á Delegacia no Estado da Bahia, reclamada pelo Dr. Augusto Flavio Comes Villaca, pelo tratamento de officiaes inferiores do exercito e alumnos na enfermaria de beribericos em Itaparica, em 1897 ;

De 33:720\$040, á Delegacia de Minas Geraes, para despesas com as rubricas :

10º—Soldos, etc.....	3:319\$608	
11º—Etapas.....	29:989\$296	
16º—Material :		
N. 24 — Utensilios, etc.....	38\$801	
N. 35— Aluguels de casas, etc.....	372\$335	411\$136

De 456\$500, á Delegacia do Espirito Santo, para despesas com o § 16 —Material, consignação n. 27, tratamento de officiaes, etc. —Fizeram-se as necessarias communicações.

Transmittindo, para que se digne resolver a respeito, papeis em que o ex-sargento do exercito Olympio Catão Viriato Montez, pede restituição da quantia de 71\$625, importancia do pecúlio que accumulou quando aprendiz artilheiro.

—Ao Sr. Ministro da Marinha, transmittindo, em satisfação ao pedido constante do aviso dirigido ao Ministerio da Guerra em 29 de mez findo, sob n. 137, relativo ao abono de etapa aos officiaes do exercito, um exemplar da ordem do dia do mesmo exercito, em que se acham consignados os valores das etapas do corrente semestre, e communicando que o valor maximo para etapa dos officiaes é de 1\$400.

—Ao Supremo Tribunal Militar:

Remettendo:

Para os fins convenientes, cópias dos decretos de 27 de janeiro findo, que exonera o general de divisão João Vicente Leite de Castro do cargo de commandante do 1º districto militar e que nomeia para esse cargo o general de brigada Miguel Maria Girard ;

Para consultar com seu parecer, papeis em que o soldado do 28º batalhão de infantaria Antonio Ferreira Lima pede ser considerado como engajado, visto ter obtido baixa e de novo se alistado no exercito.

— Ao chefe do Estado-Maior do Exercito: Approvando a proposta que fez o director geral de Saude, em officio n. 176, de 29 de mez findo, dos tenentes-medicos de 5ª classe Drs. Marcilio Dias Ferreira de Azambuja e

Oscar Antonio da Silva Gradim, para servir o primeiro na guarnição desta Capital e o segundo na do Estado de Matto Grosso.

Concedendo licença:

Para tomar assento no Congresso do Estado do Paraná ao tenente do corpo de estado-maior do exercito Carlos Cavalcante de Albuquerque;

Para tratamento de saude ao alumno da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo Francisco Pinheiro Chagas, por 30 dias;

Para gozar o periodo das fôrias, aos alumnos da citada escola Arthur Rodrigues Tito, no Estado de Minas Geraes, e Joaquim Theopompo de Godoy e Vasconcellos, no de Pernambuco, correndo por conta propria as despesas de transporte. — Communicou-se ao commandante da Escola.

Para residirem fóra do Asylo dos Invalidos da Patria, com as vantagens que tem no mesmo asylo, aos soldados Amaro Guilherme dos Santos e João Manoel Machado e ao musico reformado do exercito João Claudino da Silva, ao primeiro nesta Capital e aos outros em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul ;

Fixando em 1\$980 o valor da etapa para a força federal existente nas colonias militares do Estado do Paraná, no corrente semestre. — Fizeram-se as necessarias communicações.

Mandando:

Elogiar em ordem do dia do exercito o tenente-coronel do corpo de estado-maior de artilharia Luiz Barbedo, pelo zelo e competencia que revelou como director do extinto Laboratorio Pyrotechnico do Campinho, onde sua intelligente administração muito concorreu para o bom andamento do serviço daquelle estabelecimento ;

Excluir do estado effectivo do 30º batalhão de infantaria e entregar á autoridade competente, visto ter sido condemnado a 30 annos de prisão cellular pelo fóro civil do Estado do Rio Grande do Sul, o soldado daquelle batalhão Lino José dos Santos ;

Fazer em ordem do dia do exercito a recommendação que pede o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas no aviso que se remette, por cópia, de que, nos telegrammas officiaes que forem transmittidos da Europa pommisões ou autoridades militares brasileiras, seja sempre feita a indicação via Tenerife Noronha. — Communicou-se ao referido Ministerio :

Servir addido ao 28º batalhão de infantaria, por dous mezes, o alferes do 9º regimento de cavallaria Luiz Antonio Ferreira Souto, em vista do estado de saude de sua mulher.

Transferindo:

Do 5º regimento de artilharia para o 1º batalhão da dita arma o 2º tenente Manoel Bezerra de Gouvêa; do 4º batalhão para o 6º, o 2º tenente Antonio Baptista Neiva de Figueiredo e do 2º batalhão para 4º o 2º tenente-alumno da Escola Militar do Brazil Alípio Bandeira ; do 16º batalhão de infantaria para o 33º o alferes Febrônio José de Souza. — Communicou-se ao commandante da mencionada escola, quanto á transferencia do terceiro.

Da Escola Preparatoria e de Tactica do Rio Pardo para a do Realengo a matricula do alumno Felipe Antonio Xavier de Barros. — Communicou-se ao commandante desta escola.

— Ao intendente geral da guerra, approvando os contractos celebrados com D. Felisberta Gomes Lisboa, para o aluguel de um predio de sua propriedade destinado a servir de secretaria e outras dependencias da Escola Preparatoria e de Tactica do Rio Pardo; com D. Francisca Ferreira Gomes, para o do pavimento terreo de uma casa, para nelle funcionar a escola regimental do 2º batalhão de engenharia ; com Antonio Candido Ribeiro de Andrade e Silva, para o do predio onde se acha a pharmacia da enfermaria militar do Rio Pardo e com a Intendencia Municipal daquelle cidade para a de um predio afim de servir de quartel ao dito batalhão devendo, porém, adicionar-se no final das

clausulas 4ª do primeiro contracto e 5ª do segundo e terceiro, as palavras—si assim convier ao Governo.

Dia 2

Ao Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores, solicitando providencias para que seja admittido no Hospicio Nacional de Alienados o capitão honorario do exercito Antonio do Valle Heitor, que está recolhido ao Hospital Central do Exercito e soffre de alienação mental e para que a providencia de que trata o aviso n. 367, de 28 de outubro de 1898, do ministerio a seu cargo se torne extensiva aos officiaes que, estando em tratamento no referido hospital, precisarem ser transferidos para o mesmo hospicio.

—Ao chefe do Estado-Maior do Exercito: Concedendo licença para, no corrente anno, se matriculem, si houver vagas e satisfeitas as exigencias regulamentares:

Na Escola Militar do Brazil, ao alferes do 16º batalhão de infantaria Olivio Ferreira, se provar ter o curso preparatorio, devendo o exame da pratica ser feito de accordo com o paragrapho unico do art. 92 do restivo regulamento;

Na Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo, ao paizano Odilon Antonor de Araujo.—Communicou-se aos commandantes da mesma escola.

Mandando pôr á disposição do governador do Estado do Piauhy, afim de commandar o batalhão de policia daquelle Estado, o major do 35º batalhão de infantaria Martiniano Francisco de Oliveira, conforme pede o mesmo governador.

—Ao commandante da Escola Militar do Brazil, concedendo licença ao alumno José Pinheiro do Uhoá Cintra para prestar, logo após os ultimos exames finaes das materias do anno em que tem matricula, exame vago de chimica, 2º cadeira, afim de melhorar a approvação que obte e nesta materia, si for approvado nas outras em que se acha matriculado, conforme pede.

—Ao intendente geral da guerra, mandando fornecer pelo Arsenal de Guerra do Estado de Matto Grosso, ao governo do mesmo Estado, mediante indemnização, conforme pede o respectivo presidente, algumas arrobas de ferro velho para o preparo de pás de barra para o corpo policial.

—Ao commandante da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo, concedendo licença aos alumnos João Manoel de Souza Castro, alferes João de Siqueira Queiroz Sayão, João Bernardo Lobato Filho, Valerio Barbosa Falcão, José Fernandes do Silva Mello e Thiago de Barroso, Firmino Goudim Cabral, José Felício Rodrigues Lima, José Luiz da Cunha e Costa, alferes Jonathas Salathiel Dias da Rocha e Tancredo Corrêa de Lemos, para em março vindouro, prestarem exames vagos: o primeiro, do 2º anno de inglez, o segundo, de inglez 2º anno e historia universal e do Brazil, o terceiro, do portuguez e francez, o quarto, de geometria, o quinto, de arithmetico e desenho linear, o sexto, de desenho linear, o setimo, de portuguez e geographia, o oitavo, de arithmetica, 2º anno de francez e desenho linear, o nono, de arithmetica, francez e desenho (1º anno), o decimo, de geometria e o ultimo, de inglez e desenho linear, conforme pedom.

Dia 3

Ao Sr. M. R. Fraga, sub-secretario encarregado do Ministerio da Guerra da Republica Argentina, accusando o recebimento do officio com que remette o conhecimento de embarque de tres caixas com armas offerecidas pelo mesmo ministerio ao Museu da Direcção Geral do Artilharia e agradecendo, em nome do Presidente da Republica, a gentileza da offerta e a prova de alta distincção que ella traduz.

—Ao Supremo Tribunal Militar, remetendo cópia dos decretos de 2 do corrente que promove na arma de infantaria, a capitão o

tenente Valerio Augusto de Amorim Caldas a tenente o alferes Francisco Florindo da Silva Ramos e que reforma os tenentes Braz da Souza Moreira e Juvenio de Souza Medeiros e o alferes Francisco Felix Bahia Junior.

—Ao delegado fiscal do Thesouro Federal no Ceará, mandando processar de conformidade com o disposto no decreto n. 10.145, de 5 de janeiro de 1889, as contas da Santa Casa de Misericordia do dito Estado, relativas ao tratamento de praças do exercito em exercicios findos.

—Ao chefe do Estado Maior do Exercito:

Mandando incluir no Asylo dos Invalidos da Patria, conforme pedem, o major graduado reformado do Exercito Manoel Joaquim Bello e o cabo de esquadra do 12º batalhão de infantaria Manoel Antonio de Sant'Anna, julgados em inspecções de saude incapazes de prover aos meios de sua subsistencia, permitindo-se ao primeiro residir no Estado de Pernambuco e ao segundo fóra do dito Asylo.

Declarando:

Que o 2º sargento do 6º regimento de artilharia José Chaves dos Santos deve servir durante sete annos e oito mezes, a contar de 11 de maio de 1897, que é a sua data de praça, e não de 27 de abril do mesmo anno, fazendo-se, portanto, esta rectificação;

Que são transferidos, na arma de infantaria, do 8º batalhão para o 35º, o tenente Antonio Anisio de Andrade, do 1º para o 38º, o tenente Archimedes Frederico Klappe da Costa Rubim e do 4º para o 40º, o alferes Narciso Tenorio;

Que é nomeado o general da brigada Antonio Olympio da Silveira para continuar a inspecção do 1º batalhão de engenharia, da qual estava incumbido o general de brigada Sylvestre Rodrigues da Silva Travassos;

Que se concede:

Troca de corpos entre si aos tenentes José Ignacio da Cunha Rasgado e Manoel Joaquim da Silva Maia, este do 29º e aquelle do 11º batalhões de infantaria.

Licença:

Ao capitão do corpo do estado maior do exercito Joaquim Marques da Cunha e ao tenente do 7º batalhão de infantaria Joaquim Galvão Soveral, este alumno e aquelle substituto da 1ª secção do ensino theorico da Escola Militar do Brazil, para gozarem o periodo das férias, o primeiro na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e o segundo no Estado do Paraná, correndo por conta propria as despesas de transporte.—Communicou-se ao commandante da mesma escola.

Ao 2º tenente do 2º batalhão de engenharia João Buarque Barbosa Lima para demorar-se por dous mезes no Estado de Pernambuco, onde se acha addido a um dos corpos da guarnição;

Ao alumno da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo Francisco Pinheiro das Chagas para gozar no Estado de Minas Geraes a licença de 30 dias que obteve para tratamento de saude.—Communicou-se ao commandante da dita escola.

A's praças e os paizanos abaixo mencionados para no corrente anno se matriculem nas Escolas do Exercito, si houver vagas e satisfizerem as exigencias regulamentares:

Na Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo:

Segundo sargento José Chaves dos Santos, do 6º regimento de artilharia, soldado Pedro Alves Guimarães, do 38º batalhão de infantaria, e paizanos Antonio Guimarães, Arthur Gonçalves Souto Major, Dario Romeiro Cesar, Ernesto Crissiuma de Toledo, Firmino Corrêa de Araujo, João Bellerophonte de Lima, Sebastião Pinto de Carvalho e Manoel Antonio de Castro Guimarães Junior.—Communicou-se ao commandante da mesma escola.

Na Escola Preparatoria e de Tactica do Rio Pardo:

Soldado Francisco Antonio de Barros Bitencourt, do 12º regimento de cavallaria, addido ao 25º batalhão de infantaria, e paizano Armando Eugenio Mariante.

—Ao intendente geral da guerra, declarando que é fixado, no actual semestre, em 1\$068 o valor da etapa dos excluidos militares existentes nesta Capital.—Communicou-se ao chefe do Estado Maior do Exercito.

—Ao director geral de saude:

Mandando:

Fornecer á Escola Militar do Brazil varios artigos pelo Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar.—Communicou-se ao commandante da dita escola.

Recolher á Direcção Geral de Saude os artigos da enfermaria que funcionava no extincto Laboratorio Pyrotechnico do Campinho.—Communicou-se ao director da Fabrica de Cartuchos e Artificios de Guerra.

—Ao director da Fabrica de Cartuchos e Artificios de Guerra, autorizando a entregar á Direcção Geral de Artilharia os livros que pertenceram ao extincto Laboratorio Pyrotechnico do Campinho e que possam ser colidos.—Communicou-se á mesma direcção.

—Ao commandante da Escola Militar do Brazil:

Mandando trancar a matricula do alumno alferes do 6º batalhão de infantaria José Carlos Vital Filho, conforme pede o mesmo alumno.—Communicou-se ao Chefe do Estado Maior do Exercito.

Declarando que é approvada a designação que fez do lente da 1ª cadeira do 2º anno do curso geral Dr. Manoel Peixoto Cursino do Amarante para interina e cumulativamente reger a 3ª cadeira do 1º anno do curso especial.

—Ao commandante do Collegio Militar desta Capital, declarando que é permittido ao professor do mesmo collegio Maximino de Araujo Maciel ir ao Estado da Bahia, durante o periodo das ferias, sem prejuizo dos respectivos vencimentos, correndo por conta propria as despezas do transporte.

—Ao director do Arsenal de Guerra da Capital Federal, mandando examinar a barra de natação da Escola Militar do Brazil, cujos fluctuadores estão estragados.—Communicou-se ao commandante da referida escola.

Requerimentos despichados

Coronel Joaquim Silverio de Azevedo Pimentel.—Não ha necessidade de fazer-se acquisição dos exemplares offerecidos.

Major Febrônio de Brito.—Pague-se a quantia de 67\$500, A' Contadoria.

Capitão Tristão Baptista Nobrega.—Ao chefe do Estado Maior do Exercito para providenciar.

Alferes Benedicto Theodoro Cordeiro.—Deferido, de accordo com o aviso de 6 de setembro de 1895.

Alferes Joaquim Vieira Ferreira Sobrinho.—Seja submettido a conselho de investigação, conforme pede. Ao chefe do Estado Maior do Exercito.

Aspeçada José Vitalino de Souza.—Remetta-se ao Asylo dos Invalidos da Patria a certidão de assentamentos para ser averbada, visto não offerecer base para o fim requerido. Ao chefe do Estado Maior do Exercito.

Maria Ferreira do Espirito Sauto.—Faça-se a intimação, si já não foi feita. Ao Estado Maior do Exercito.

Alferes Candido Ferreira Lima e alferes graduado Ernesto Machado Vieira.—Indeferridos.

Ministerio da Industria Viação e Obras Publicas

Directoria Geral de Contabilidade

Requerimentos despachados

Dia 5 de fevereiro de 1900

Barão de Itapagipe, pedindo certidão dos titulos de pensão de D. Catharina Olympia de Castro e de sua filha Gumeza. — Dirija-se ao Ministerio do Interior.

Herculano Ramos, exonerado do cargo de auxiliar tecnico da commissão de melhoramentos do porto da Parahyba, pedindo para continuar como contribuinte do montepio. — Prove em que data foi nomeado e quando pagou a ultima contribuição.

João Francisco de Almeida Brandão, exonerado do cargo de amanuense da Administração dos Correios do Districto Federal, fazendo identico pedido. — Prove quando pagou a ultima contribuição.

D. Ursula Rosa de Souza, viuva de Fortunato José de Souza, guarda-fio de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, pedindo os favores do montepio. — Habilite-se na forma da lei.

Directoria Geral de Obras e Viação

Requerimento despachado

Dia 7 de fevereiro de 1900

Joaquim J. de Azeredo Coutinho, propondo venda de terrenos com mananciaes na serra do Andaraby. — Não ha conveniencia em se fazer a compra proposta, nem recursos orçamentarios para isto.

CAMARA DOS DEPUTADOS

Relação das actas da eleição realizada a 31 de dezembro de 1899 em toda a União, recebidas pela Secretaria da Camara dos Deputados até 31 de janeiro de 1900

DISTRICTO FEDERAL

1º districto

Lagoa—1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª.

Gloria—1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª.

Santa Rita—1º districto—2ª, 3ª, 4ª, 5ª; 2º districto—1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª.

Gavea—1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª.

Candelaria—2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 8ª e 10ª.

2º districto

S. José—1º districto—1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª; 2º districto—2ª e 3ª.

Santo Antonio—1ª, 2ª, 5ª, 6ª, 7ª, 10ª e 11ª.

Espirito Santo—1ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª e 10ª.

S. Christovão—2ª, 4ª, 6ª, 7ª, 9ª e 10ª.

Sant'Anna—1º districto—2ª, 5ª, 6ª, 7ª, 10ª, 12ª e 13ª. (Até a data acima não foi recebida acta alguma do 2º districto).

Sacramento—1º districto—5ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª; 2º districto—1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 8ª.

3º districto

Engenho Novo—1º districto—1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª; 2º districto—1ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª e 16ª.

Engenho Velho—1º districto—2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª; 2º districto—1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª e 9ª.

Inhaúma—1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª.

Irajá—1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª.

Jacarapaguá—1ª, 2ª, 3ª e 4ª.

Campo Grande—1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª.

Santa Cruz—1ª, 2ª e 3ª e 4ª.

Guaratiba—1º districto 1ª (tem duplicata), 2ª e 3ª; 2º districto: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª (todas com duplicata).

Lagoa—1ª e 2ª.

Ilha do Governador—1ª e 4ª.

RIO DE JANEIRO

1º districto

Petropolis—1º districto—1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª; 3º districto: secção unica; 5º districto: 1ª e 2ª.

Itaguahy—1º districto: 1ª e 3ª; 2º districto: secção unica; 3º districto: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª.

Iguassú—1º districto—1ª e 2ª; 2º districto—2ª; 3º districto: 1ª e 2ª; 4º districto: 1ª, 5º districto—secção sem numero; 6º districto—secção unica.

Magé—1º districto—secção unica; 2º districto: secção unica; 3º districto: secção unica; 4º districto: secção unica; 6º districto—1ª e 2ª; 5º districto: secção unica;

Parahyba do Sul—Cidade—1ª e 2ª; 3ª (Braz da Ponte); 4 e 5ª (Entre Rios); 6ª (Encruzilhada); 7ª (Mousserat); 7ª e 9ª (Bemposta); 11ª (Areal); unica (Sant'Anna de Tiralentes).

Pirahy—1ª; 2ª (Santa Luzia); 3ª (Nossa Senhora da Aparecida); 4ª (S. José do Bom Jardim); 5ª (S. João Baptista do Arrozal).

Sapucaia—1ª, 2ª e 3ª; 5ª (Aparecida); unica (Anta).

Thereopolis—1ª e 2ª.

Yassouras—1º districto: 1ª, 2ª e 4ª; 2º districto: 1ª e 2ª; 3º districto: 1ª e 2ª; 4º districto: 1ª e 2ª; 5º districto: unica (Sacra Familia do Tinguá); 7º districto, 1ª e 2ª; 6ª (Rodrigo); e 6ª (Commercio).

Sumidouro—1ª, 2ª, 3ª e 4ª.

2º districto

Campos—1º districto: 1ª (tem duplicata), 2ª (idem), 3ª (idem), 4ª (idem); 2º districto: 1ª (idem), 2ª (idem), 3ª (idem), 4ª (idem), 5ª; 3º districto: 1ª (tem duplicata), 2ª (idem); 4º districto: 1ª e 2ª (unica da duplicata); 5º districto: 1ª (tem duplicata), 2ª (idem), 3ª; 6º districto 4ª unica (tem duplicata); 7º districto: 1ª (idem), 2ª (idem); 8º districto: unica (idem); 9º districto: 1ª (idem), 2ª (idem), 3ª; 11º districto: unica (tem duplicata); 12º districto: 1ª (idem), 2ª (idem), 3ª (idem), 4ª; 13º districto: 1ª (tem duplicata), 2ª (idem), 3ª; 14º districto: 1ª e 2ª (unica da duplicata); 15º districto: unica (idem).

Ilaperuna—1º districto: 1ª; 2º districto: 2ª; 3º districto: 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª; 5º districto: 12ª, 13ª e 15ª; 6º districto: 19ª; 7º districto: 21ª e 22ª; 8º districto: 23ª; 9º districto: 24ª; 10º districto: 27ª; 11º districto: 28ª.

Macabó—1º districto: 1ª e 2ª; 2º districto: unica; 1ª (Carapicás); 3º districto: 2ª; 4º districto: 1ª e 2ª; 5º districto: 1ª e 2ª; 6º districto: 1ª e 2ª; 8º districto: 1ª, 2ª e 3ª.

Santa Maria Magdalena—1º districto: 1ª (tem duplicata), 2ª (idem), 3ª (idem) 4ª (idem), 5ª (idem); 2º districto (Triumpho): unica (6ª da duplicata); 3º districto (Santo Antonio do Imbé) 7ª.

S. João da Barra—1º districto: 1ª e 2ª (tem duplicata); 2º districto: 1ª e 2ª (idem); 3º districto: unica; 4º districto: unica; 5º districto: 1ª e 2ª (tem duplicata).

3º districto

Cantagallo—Cidade—1ª, 2ª e 3ª; 1ª e 2ª (Santa Rita do Floresta); 5º districto: 1ª e 2ª (Santa Rita do Rio Negro); 6º districto: 1ª e 2ª (S. Sebastião do Parahyba); 1ª e 2ª (Cordeiro); unica (Macuco).

Duas Barras—Villa—1ª, 2ª e 3ª; 4ª (Monnerat).

Carmo—1º districto—1ª, 2ª e 3ª; 4ª (Porto Velho do Cunha); 5ª (Corrego do Prata).

Nova Friburgo—1º districto—1ª, 2ª, 3ª e 4ª; 2º districto: 1ª e 2ª (Lumiar); 3º districto: 1ª e 2ª (Sebastian).

Itaocara—1º districto—1ª e 3ª; 6ª, 8ª e 9ª (Três Irmãos); 2º districto: 1ª e 2ª (Estrada Nova).

Santo Antonio de Padua—2º districto—1ª, 2ª e 3ª (Miracema).

S. Francisco de Paula—1º districto—1ª, 2ª, 3ª e 4ª; 2º districto: 1ª e 2ª (Estação Trajano de Moraes).

S. Fidelis—Cidade—3ª; unica (Timbó); unica (Ipoca); 4º districto: 1ª e 2ª (Colonia); 5º districto: unica (Ponte Nova).

Sant'Anna de Japulyba—1º districto: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª; 2º districto: unica; 3º districto: 1ª (S. José da Boa Morte).

Bom Jardim—1º districto: 1ª, 2ª e 3ª; 2º districto: 5ª, 6ª e 7ª (S. José do Ribeirão).

S. Sebastião do Alto—1º districto: 1ª e 2ª; 2º districto: 3ª e 4ª (Vallão do Barro).

Cambucy—1ª (Villa); unica (Monte Verde); unica (Santa Rita das Frecheiras); 1ª e 2ª (S. João do Paraizo); 3ª (S. José de Uba).

4º districto

Niteroy—1º districto: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª; 2º districto: 1ª e 2ª; 3º districto: 1ª e 2ª; 4º districto: 2ª e 3ª; 5º districto: 1ª e 2ª; 6º districto: unica.

Araruama—1º districto: 2ª e 3ª; 2º districto: 1ª e 2ª; 3º districto: 1ª e 2ª.

Barra de S. João—1º districto: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª; 2º districto: 5ª; 6ª. (Indayassú).

Cabo Frio—1º districto: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª; 2º districto: 5ª e 6ª.

Capivary—1º districto: 1ª e 2ª; 4ª (Capivary de Cima); 2º districto: 5ª (Correntezas); 6ª (Iguape); 3º districto: 7ª (Nossa Senhora da Conceição de Gaviões); 8ª (Curral de Gaviões).

Itaborahy—1º districto: 1ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª; 2º districto: unica; 3º districto: unica; unica (Santo Antonio de Sá).

Maricá—1º districto: 1ª (tem duplicata); 2ª (idem); 3ª (idem); 2º districto: 1ª (idem) 2ª (idem).

Rio Bonito—1ª, 2ª (Rio dos Indios), 3ª, 5ª, 6ª (Rio Secco), 7ª, 8ª e 9ª (Bacachá).

Saquarema—1º districto: 1ª e 2ª; 2º districto: 1ª e 3ª; 3º districto: 1ª e 2ª.

S. Gonçalo—1º districto: 1ª, 2ª e 3ª; 2º districto: 1ª, 2ª e 3ª; 3º districto: 1ª e 2ª.

S. Pedro d'Aldeia—1ª, 2ª e 3ª; 5ª (Corriço).

5º districto

Rezende—1ª, 2ª, 3ª e 4ª (cidade); unica (Porto Real); 1ª e 2ª (Sant'Anna dos Tocos); 1ª, 2ª e 3ª (Vargem Grande); 1ª e 2ª (Campos Elysios); 1ª e 2ª (S. Vicente Ferrer); 1ª (Campo Bello).

Valença—1ª, 2ª, 3ª (cidade); 1ª e 2ª (Santo Antonio do Rio Bonito); 1ª e 2ª (Santa Isabel do Rio Preto); unica (Piedade de Ipiabas).

Mangaratiba—1º districto: unica (villa).

Santa Thereza—1º districto: 1ª e 2ª; 2º districto: unica (Porto das Flores); 3º districto: 4ª (S. José das Taboas); 4º districto: unica.

S. João Marcos—1ª (tem duplicata), 2ª (idem), 3ª (Passa Três idem), 4ª (idem, idem), 5ª (idem, idem), 6ª (Arrozal, idem), 7ª.

Rio Claro—1ª, 2ª e 3ª; 4ª (Santo Antonio do Capivary) 5ª (Sant'Anna).

Paraty—1ª e 2ª (Remedios); 4ª (Paraty-mirim).

Barra Mansa—1ª, 2ª e 3ª (cidade); 4ª (Volta Redonda); 5ª (armazem de Casa Branca); 6ª (Espirito Santo); 9ª (Quatis); 10ª (S. Joaquim); 11ª (Amparo) 12ª (idem).

Barra do Pirahy—1ª e 2ª (cidade); 3ª (Dores do Pirahy); 4ª (S. José do Turvo); 5ª (Mendes).

Angra dos Reis—1º districto: unica; 2º districto: unica (Ribeira); 3º districto: unica (Jacuacanga); 4º districto: unica (Mambucaba); 5ª districto: unica (Ilha Grande).

Secretaria da Camara dos Deputados, 7 de fevereiro de 1900. — Horacio Reis, director.

(Continúa)

REDACÇÃO

Decisões constitucionaes do primeiro juiz Marshall

John Marshall que, mediante unanime approvação do senado, fôra nomeado primeiro juiz dos Estados Unidos pelo Presidente Adams, recebeu a commissão aos 31 de janeiro de 1801 e compareceu à seguinte sessão do supremo tribunal onde tomou assento; mas nem uma causa importante que envolvesse questão constitucional se offereceu ao seu exame antes da sessão de fevereiro de 1803, quando se julgou a primeira causa dessa natureza, agitada entre parts—.

I

WILLIAM MARBURY CONTRA JAMES MADISON —SESSÃO DE FEVEREIRO DE 1803.—(I, REPORTORIO DE CRANCH, 137—180)

Havia nestes autos os seguintes factos:

Na sessão de fevereiro de 1803, William Marbury, por seu advogado, requereu ao supremo tribunal a notificação de James Madison, secretario de estado dos Estados Unidos, para embargar a expedição de um *mandamus* (1), em que o tribunal lhe ordenaria entregar ao dito Marbury a sua commissão de juiz de paz para o districto de Columbia. Em confirmação desso requerimento mostrava-se de certificados que John Adams, ultimo presidente dos Estados Unidos, propuzera Marbury ao senado para ser nomeado juiz de paz deste districto; que o senado approvara tal nomeação; que em consequencia disso a commissão fora lavrada, subscripta pelo presidente e sellada com o sello dos Estados Unidos; mas que o Sr. Madison não quizera entregal-a, a despeito de já estar assim subscripta e sellada (2).

A notificação fora deferida e feita; Madison, porém, não offereceu defesa alguma. Um *mandamus* fora então requerido. A cerca deste requerimento o primeiro juiz enunciou o parecer do tribunal aos 24 de fevereiro de 1803.

Na ultima sessão, lidos os certificados offerecidos nesta causa e autoados pelo secretario, deferiu-se ao supplicante uma notificação dirigida ao secretario de estado para embargar a expedição de um *mandamus* em que o tribunal lhe ordene entregar a William Marbury a sua commissão de juiz de paz para o condado de Washington, no districto de Columbia.

Nem uma defesa foi arguida (3) e o presente requerimento é para a expedição de

(1) A notificação para embargar a expedição de um *mandamus* é, por outros termos, a citação judicial da parte a quem se dirige para que deduzia perante o tribunal a razão, si alguma razão existe, por que não deva ser intimada para fazer certa e determinada coisa.

(2) A commissão não tinha ainda sido entregue quando Thomas Jefferson succedeu ao sr. Adams na cadeira presidencial. O sr. Jefferson julgou que a nomeação era incompleta até o acto da entrega da commissão e ordenou ao seu secretario de estado que não a entregasse. *Correspondencia de Jefferson*, vol. IV, pag. 372, 2ª edição.

(3) Na manutenção requerida pelo dr. André Gustavo Paulo de Frontin e outros lentes da escola polytechnica contra os effeitos da suspensão administrativa que lhes fora imposta, o juiz de seccão do districto federal não admittiu que o governo se defendesse, antes de obedecer ao seu mandato provisoriamente expedido, e interposto agravo para a superior instancia, delle não se tomou conhecimento contra o voto de dous juizes. Decisão de 29 de agosto de 1896, *Jurisprudencia do supremo tribunal federal do dito anno*, pg. 97.

um *mandamus*. A peculiar delicadeza desta causa, a novidade de algumas de suas circumstancias e a real difficuldade inherente ás questões que nella occorrem, exigem uma completa exposição dos motivos onde se estriba o julgamento que o tribunal vae proferir.

Por parte do notificante taes principios foram habilissimamente produzidos á barra do tribunal. Na explanação do julgamento haverá tal ou qual divergencia na fórma, sinão na substancia, das questões postas naquella argumentação.

Na ordem em que o tribunal examinou este assumpto, foram estudadas e decididas as seguintes questões:

I. Ha da parte do notificante direito á commissão que elle requer?

II. Si tem elle direito, e si esse direito foi violado, as leis de seu paiz lhe facultam um recurso?

III. Si ellas lhe facultam um recurso, será um *mandamus* emanado deste tribunal?

A primeira cousa a examinar-se é:—

I. Ha da parte do notificante direito á commissão que elle requer?

Esse direito se origina de uma deliberação do congresso, referente ao districto de Columbia e approvada em fevereiro de 1801.

Depois de dividir o districto em dous condados, dispõe a seccão XI dessa lei: «O presidente dos Estados Unidos nomeará para exercerem durante cinco annos o officio de juizes de paz em cada um dos ditos condados tantos bons varões quantos, de quando em quando, lhe parecer conveniente.»

Mostra-se de certificados que, em conformidade desta lei, a commissão de William Marbury para juiz de paz do condado de Washington foi assignada por John Adams quando presidente dos Estados Unidos; mas a commissão jámais chegara ás mãos da pessoa para quem se fizera.

Atm de determinar si Marbury tem direito a essa commissão, torna-se indispensavel saber si de facto fôra elle nomeado para o officio, porquanto, no caso affirmativo, a lei nelle o manteve durante o prazo de cinco annos e o habilita a se immittir na posse do respectivo diploma, o qual, por ser feito e perfeito, se tornou sua propriedade.

Declara a 2ª seccão do art. 2º da Constituição que «o presidente proporá, e com sciencia e conhecimento do senado, nomeará embaixadores, outros ministros publicos, consules e todos os demais funcionarios dos Estados Unidos, cujas nomeações não forem de outra sorte determinadas.»

Dispõe a 3ª seccão, que «elle commissio-nará a todos os funcionarios dos Estados Unidos.»

Uma deliberação legislativa manda ao secretario de estado guardar o sello dos Estados Unidos «para fazer ver e constar, e estampar o dito sello em todas as commissões civis dos funcionarios dos Estados Unidos que forem nomeados pelo presidente, com sciencia e consentimento do senado, ou tão somente pelo executivo, ficando entendido que o dito sello não será estampado em commissão alguma, antes de assignada pelo presidente dos Estados Unidos.»

São estas as clausulas da constituição e das leis dos Estados Unidos que interessam a primeira parte da causa. Parece preverem a tres operações distinctas:

1ª, a proposta. E' acto privativo do presidente e se realiza segundo sua vontade.

2ª, a nomeação. E' tambem acto voluntario do presidente, posto que só se apherceio pela sciencia e consentimento do senado.

3ª, a commissão. Dar commissão á pessoa nomeada talvez se possa considerar um dever imposto pela constituição. «Elle commissio-nará, rest o instrumento, todos os funcionarios dos Estados Unidos.»

Os actos de nomear e de commissio-nar algum para um officio a custo serão tidos como uma só e mesma cousa; porque a constituição outorga a attribuição para praticar

um e outro em duas seccões separadas e distinctas. Melhor se enxerga a distincção existente entre nomeação e commissão em face do disposto no art. 2º, 2ª seccão, da suprema lei, que autoriza o congresso a attribuir a nomeação de funcionarios inferiores, quaesquer que sejam, só ao presidente, ou aos tribunaes judiciais e aos chefes de departamentos (4); prevendo assim hypothese em que a lei pôde ordenar ao presidente commissio-nar funcionarios nomeados por tribunaes ou pelos chefes de departamentos. Expedir nestes termos uma commissão será ostensivamente uma obrigação distincta da nomeação e talvez não se possa regularmente negar sua observancia.

A clausula da Constituição que manda ao presidente commissio-nar todos os funcionarios dos Estados Unidos, apêz de ser sempre exercida só quanto a funcionarios por elles nomeados, obsta, todavia, a que se conteste ao poder legislativo competencia para estendel-a aos demais casos. Por consequencia, a distincção constitucional entre a nomeação para um officio e a commissão do funcionario que tiver sido nomeado, permanece tal qual si na pratica o presidente commissio-nasse os funcionarios nomeados por outrem.

Da existencia desta distincção segue-se ainda que si uma nomeação precisasse ser prova-la por qualquer outro instrumento publico que não a commissão, a feitura de tal instrumento constituiria o funcionario e desde que não seja este amovivel a arbitrio do presidente, ou dar-lhe-ia direito á sua commissão, ou habilital-o-ia a cumprir com os deveres de seu cargo.

Estas observações são prepostas para o unico fim de tornar mais claras as que mais directamente se applicam á especie dos autos.

Ha uma nomeação feita pelo presidente, com sciencia e consentimento do senado, e essa nomeação se não prova por outro instrumento que não seja a propria commissão. Neste caso, portanto, commissão e nomeação parecem indivisiveis; sendo quasi impossivel demonstrar a nomeação de outra fórma sinão com a prova da existencia da commissão. Todavia, a commissão não constitue necessariamente a nomeação, ainda que importe em sua fe convincente.

Em que phase, porém, reveste-se ella de fé e certeza?

Parece obvia a resposta desta questão. A nomeação, acto privativo do executivo, ficará certificada quando se mostrar que o presidente já haja feito tudo quanto era mister para consummal-a.

Si se considerasse a commissão como constitutiva, em vez da simplesmente probatoria, da nomeação, isso contudo só poderia succeder quando já estivesse praticado o ultimo acto que o presidente devesse fazer, ou, em summa, quando a commissão já estivesse de todo feita e acabada.

O ultimo acto que deve praticar o presidente é a assignatura da commissão. Até então elle procedeu, com sciencia e consentimento do senado, á operação de sua propria vontade acerca da nomeação. O tempo de deliberar está então findo. Elle resolveu. Essa

(4) Conforme o art. 58, § 1º, da constituição federal compete aos presidentes dos tribunaes federaes a nomeação e demissão dos empregados de secretario, bem como o provimento dos officios de justiça nas circumstancias judiciais.

As restricções expressas, postas á competencia do Presidente da Republica para prover os cargos civis e militares, a que se refere o art. 48, § 5º, da constituição, não são outras que a necessidade de propostas para algumas nomeações e a da approvação do senado para outras.

Na competencia assignada ao congresso no art. 34, n. 25, include-se implicitamente o poder de attribuir aos chefes de repartição a nomeação do funcionarios subalternos.

resolução, tomada com sciencia e consentimento do Senado, accorde com a sua proposta, tornou-se definitiva e o funcionario está nomeado. Esta nomeação fica evidenciada por um instrumento publico e inequivoco; e, constituindo o ultimo acto imposto a pessoa que a faz, exclue necessariamente a idea de não passar de uma operação incipiente e incompleta, em tudo quanto entende com a nomeação.

Cumpre precisar o instante em que se extingue absolutamente a competencia do executivo acerca do funcionario inamovivel. Será esse instante quando a attribuição constitucional de nomear já tiver sido exercida. E essa attribuição já se terá exercido quando já estiver praticado o ultimo acto exigido á pessoa competente. Este acto é a assignatura da commissão. Esta idea parece ter prevalecido na legislatura quando approvou a deliberação que erigiu em departamento a repartição dos negocios estrangeiros. Nessa deliberação se determina que o secretario de estado guardará o sello dos Estados Unidos « para fazer saber e constar, e estampar o dito sello em todas as commissões civis de funcionarios dos Estados Unidos, nomeados pelo presidente; ficando entendido que o dito sello não será estampado em commissão alguma, antes de assignada pelo presidente dos Estados Unidos; tão pouco em nenhum outro acto ou instrumento, sem autorização do presidente, especial para o caso. » A assignatura é a ordem para estampar o grande sello na commissão, e o grande sello só é destinado a ser estampado em um instrumento que já estiver completo. Elle attesta, por um acto revestido de fé publica, a verdade da assignatura presidencial.

Nunca se estampa o sello antes da commissão ter sido subscripta, porque é a assignatura, que dá força e effeito á commissão, a prova conclusiva de que a nomeação se fez.

Lançada a assignatura na commissão, o subsequente dever do secretario de estado se acha prescripto na lei e se não modela pela vontade do presidente.

E' estampar o sello dos Estados Unidos na commissão e registral-a.

Não é este um proceder que possa variar, si a opinião do executivo suggerir outro mais conveniente, mas uma regra precisa, expressa exactamente na lei para o fim de ser observada. E' dever do secretario de estado conformar-se com a lei; elle é nesse assumpto um funcionario dos Estados Unidos, obrigado a obedecer ás leis. Proc de nessa conjunctura como si de facto estivera assente em um tribunal, sob a autoridade das leis, e não sob as instrucções do presidente. E' um acto ministerial que a lei impõe a esse funcionario especial para um fim especial.

No caso de suppor-se que a solemnidade da impressão do sello seja necessaria tanto para a validade da commissão, quanto para o remate ou a perfeição da nomeação, todavia é certo que quando se estampa o sello já está feita a nomeação e o titulo é valido. A lei não exige nem uma outra solemnidade, nem um outro acto que, por parte do governo, deva ser praticado. Já estão consummados todos os actos que o executivo deve fazer para investir de um officio a alguém, e sob pena de não existir nomeação alguma, o executivo não pode praticar um só dos actos sem a cooperação dos outros.

Pesquisados accuradamente os principios onde se pode basear uma opinião contraria, nem se encontrou que parecesse efficiente para apoiar a doutrina opposta.

Todos quantos a phantasia do tribunal podia suggerir foram examinados com maxima cautela, e depois de se lhe dar toda a efficacia de que eram susceptiveis, não conseguiram abalar as opiniões que se formaram.

No estado desta questão se conjecturou que a commissão para um officio se assemelhasse a um instrumento de contracto, para cuja validade seja essencial a tradição.

Esta idea nasce da conjectura — que a commissão para um officio não é sempre revestida a prova da nomeação, porém, a propria nomeação; conjectura de modo algum incontestavel. Todavia, para que se examine cabalmente essa conjectura, conceda-se que o pretense principio seja verdadeiro.

Devendo o presidente, nos termos da constituição, praticar pessoalmente o acto da nomeação, a entrega da commissão, si é necessaria para o seu inteiro implemento, deve tambem ser feita pelo presidente. Para o provimento de um officio não é preciso, porém, que a entrega se faça a pessoa do concessionario desse officio; nunca assim se praticou. A lei parece ordenar que a entrega se faça ao secretario de estado, pois que lhe manda estampar o sello na commissão, depois que estiver subscripta pelo presidente. Logo, si o acto da entrega é necessario para dar validade á commissão, de feito, ella fica entregue quando, depois de acabada, é dada ao secretario para o fim ser sellada, registrada e transmitida á pessoa nomeada.

Ainda em todos os casos de cartas patentes, exige a lei certas solemnidades que constituem a prova da validade do instrumento. Porém não figura entre ellas uma entrega formal á pessoa interessada. Nos casos de commissão, o signal do punho do presidente e o sello dos Estados Unidos constituem taes solemnidades. A objecção não affecta, pois, a causa.

Ocorreu, outrossim, como possivel, e apenas possivel, que a transmissão da commissão e a sua aceitação parecessem necessarias para completar o direito do notificante.

A transmissão da commissão é uma pratica ordenada por mera conveniencia, e não pela lei. Não pode, portanto, ser necessaria para constituir a nomeação que deve preceder a e que é simples acto do presidente. Si o executivo exigisse que todo individuo nomeado para um officio se esforçasse para procurar em pessoa a sua commissão, a nomeação, por esse motivo, não fora meos valida. A nomeação é acto privativo do presidente; a transmissão da commissão, acto privativo do funcionario a quem tal obrigação incumbe, e pode ser acelerada ou retardada por circumstancias que de nem um modo influem na nomeação. Uma commissão se transmite a uma pessoa já nomeada, e não a uma pessoa que ainda haja de ser ou de não ser nomeada, tal qual a participação official onde se incluye a commissão, que, sendo lançada dentro da caixa postal, tanto pode chegar ás mãos do destinatario, como extraviar-se.

Concorre um tanto para elucidar este ponto examinar si a posse da commissão em original é indispensavelmente necessaria para autorizar a pessoa nomeada a cumprir com os deveres de seu officio. Si fosse necessaria tal posse, então a perda da commissão importaria na perda de officio.

Não somente por negligencia, como por accidente, furto ou incendio, poderia um individuo ser privado de seu officio.

Presumo que em taes casos não se questionaria si para todos os fins e effeitos equivaleria ao original um certificado do registro da commissão, tirado na secretaria de estado. A resolução legislativa a sim dispõe expressamente.

Para dar validade a tal certidão, não seria mister provar que tal original fóra transmittido e que depois se perdera. A certidão seria prova provadissima de que existira o original e a nomeação se fizera, mas nunca de que o original tinha sido transmittido.

Si, de feito, se mostrasse que o original se houvera extraviado no departamento de estado, esta circumstancia não prejudicaria a tirada do certificado. Quando se acham satisfeitos todos os requisitos que autorizam um official de registro a registrar qualquer instrumento, e ha ordem para isso, o instrumento é considerado, por lei, como registrado, posto que não esteja findo o trabalho manual de lançal-o num livro destinado para esse fim.

No caso de commissões, a lei manda ao secretario de estado registral-as. Quando, pois, já estão selladas e assignadas, já está dada a ordem para o seu registro e quer já estejam, ou não, transcriptas no livro, em face da lei já estão registradas.

A certidão do registro é declarada equivalente ao original e a lei fixa os emolumentos que deve pagar quem a requer. Poderá o official de um registro publico dello cancelar uma commissão que tiver sido registrada? Ou poderá denegar certidão do registro a alguém que lhe requiera nos termos prescriptos pela lei?

Tal certidão, como si fóra o original, autorizaria o juiz de paz a exercer os deveres de seu officio, porque provaria a sua nomeação tanto quanto o proprio original.

Si não se considera a transmissão de uma commissão como necessaria para imprimir validade á nomeação, menos o é a sua aceitação. A nomeação é acto privativo do presidente; a aceitação, privativo acto do funcionario, e por senso commum, posterior á nomeação. O funcionario tanto pode recusar a nomeação, como aceitall-a; porém, nem uma nem outra cousa é capaz de tornall-a inexistente.

Que é esta a intelligencia dada pelo governo, transparece de todo o teor de seu procedimento.

Um titulo de commissão contém data e o ordenado do funcionario principia a correr do dia de sua nomeação, e não do dia da transmissão ou da aceitação da commissão. Quando a pessoa nomeada por um officio se recusa a aceitall-o, nomea-se o successor em substituição de quem não quiz acceptar, e não em substituição de quem antes occupava o officio e abriu a primeira vaga.

O tribunal, portanto, opina decididamente que a nomeação se diz feita quando a commissão está assignada pelo presidente e que a commissão se completa quando nella se estampa o sello dos Estados Unidos.

Quando um funcionario é amovivel a arbitrio do executivo, não offerece sombra de interesse a circumstancia complementar de sua nomeação; porque o acto é revogavel a todo o tempo e a commissão pode ser retida, si ainda se encontra na secretaria. Quanto, porém, o funcionario é inamovivel, a nomeação é irrevogavel e não pode ser nullificada. Ella já conferiu legitimos direitos que já não podem mais ser eliminados.

A discreção do executivo deve ser exercida até que seja feita a nomeação. Tendo, porém, consummado uma vez a nomeação, sua competencia em relação ao officio se extingue em todos os casos em que por lei o funcionario não é amovivel a seu bel-prazer. O direito ao officio então existe na pessoa nomeada, e tem ella absoluta, incondicional facultade de aceitall-o ou de rejeital-o.

E', pois, certo que o Sr. Marbury foi nomeado, visto que a sua commissão fóra assignada pelo presidente e sellada pelo secretario de estado, e como a lei da criação do officio deu ao funcionario o direito de conserval-o por cinco annos, independentemente do executivo, a nomeação, longe de ser revogavel, empossara o funcionario em legitimos direitos, que são protegidos pelas leis de seu paiz.

Reter o titulo de sua commissão é, pois, um acto julgado pelo tribunal não só não permittido pela lei, mais expropriativo de um legitimo direito adquirido.

Isto nos leva á segunda questão que é— si tem elle esse direito e si esse direito foi violado, as leis de seu paiz lhe facultam um recurso?

A verdadeira essencia da liberdade civil certamente consiste no direito que tem cada pessoa de invocar a protecção das leis, todas as vezes que for offendida; um dos principaes deveres do Governo é conceder-lhe essa protecção. Na Grã-Bretanha o proprio rei é citado pessoalmente, na forma respeitosa de uma petição, e jámais deixou de conformar-se com as decisões judiciaes.

No terceiro volume de seus commentarios, pag. 23, expõe Blackstone dous casos em que se concede recurso por simples offeio da lei.

«Em todos os demais casos, diz elle, existe a regra geral e incontestavel, que quando ha um legitimo direito, tambem ha um recurso legal, por meio da demanda ou por meio da acção da lei, todas as vezes que o direito for violado».

E depois, na pag. 109 do mesmo volume: «considerarei daqui ha pouco as offensas que são submettidas ao conhecimento dos tribunaes da lei commum. E por enquanto só notarei que todas e quaesquer possiveis offensas, quando não incidem na privativa competencia dos tribunaes ecclesiasticos, militares ou maritimos, incluem-se, por essa mesma razão, na competencia dos tribunaes judicarios de lei comm. um, por ser principio assente e invariavel nas leis de Inglaterra que todo direito, quando offendido, deve ter necessariamente um recurso, e toda offensa o seu justo desagravo.»

Por em phrase, o governo dos Estados Unidos se chama governo de leis e não de homens. Certamente se tornaria elle indigno desta altissima denominação, si as leis não ministrassem recursos contra a violação de legitimos direitos adquiridos.

Si a jurisprudencia de nosso paiz corre o risco de manchar-se com tão feio labo, tal azar procede indubitavelmente da natureza peculiar desta causa.

Importa-nos, pois, examinar si ha no seu conjuncto algum ingrediente que a exima da investigação legal, ou exclua o justo desagravo da parte offendida. Ao encetar esta pesquisa, a primeira questão que por si mesma se apresenta, é si o presente feito pôde ser incluso entre as causas denominadas *damnum absque injuria*, isto é, lesão sem culpa.

Esta especie de causas nunca se considerou, nem jámais se tentou considerar como comprehensivas de officios de confiança, honra ou proveito. O offeio do juiz de paz no districto de Columbia é deveras um offeio; e merece, portanto, a attenção e a tutela das leis. De facto recebeu essa attenção e tutela. Foi creado por especial deliberação do congresso, e garantido por cinco annos, tanto quanto as leis podem garantir a pessoa nomeada para preenchê-lo. Não será, portanto, sob color da vilania da causa em litigio que a parte lesa poderá ser arguida de falta de recurso.

Sel-o-ha pela natureza da transacção? O acto de entregar ou de reter uma commissão deve ou pôde ser considerá-lo como mero acto politico, pertencente só e só ao supremo poder executivo a quem a nossa Constituição deu carta branca para levá-lo ao cabo? E, de facto, não haverá nem um recurso em favor das pessoas offendidas quando occorrer qualquer irregularidade quanto ás suas commissões?

Não é contestavel que possam occorrer taes irregularidades, mas que basta para constituir alguma dellas todo e qualquer acto obrigatorio que deve ser praticado em alguns dos grandes departamentos de estado.

Pela resolução referente aos invalidos, approvada em junho de 1794 (vol. 3º, pag. 112), ordenou-se ao secretario da guerra inscrever na lista de pensionistas todos as pessoas cujos nomes constassem de uma relação que elle previamente devia apresentar ao congresso.

Si o secretario se negasse a assim proceder, ficaria sem recurso o golpeado veterano? Quando a lei ordena, em termos precisos, a execução de um acto que interessa a alguém, deve-se ainda questionar si a lei é incapaz de assegurar obediencia ao seu mando? Será esta duvida possivel, attento o caracter das pessoas contra quem se interpõe o recurso? Pôde-se ainda negar que os chefes de departamento são responsaveis em face das leis de seu paiz?

Qualquer que tenha sido a pratica em hypotheticos especiosos, certamente a theoria de tal prin. ipio nunca será mantida. Nem uma deliberação legislativa com ere privilegios tão exorbitantes, nem tal principio colhe suffragio nas doutrinas de lei commum. Depois de estabelecer que se presume impossiveis offensas pessoais irrogadas pelo rei a seus subditos, diz Blackstone (vol. 3º, pag. 255):

«Porém offensas aos direitos de propriedade difficilmente poderão ser commettidas pela coroa sem a intervenção de seus officiaes para os quaes não recomende a lei, em materia de direito, deferencia ou cortezia; ella, com tudo, proporciona varios meios para a descoberta dos erros e mal—proceder desses officiaes por quem tinha sido o rei enganado e induzido a commetter momentanea injustiça.»

Pela deliberação legislativa de 1796, que autorizou a venda de terras sitas acima da foz do Kentucky (vol. 3º pag. 299), o comprador, em pagando o preço do contracto, fica com pleno direito á propriedade comprada; e desde que exhibe ao secretario de estado o recibo passado pelo thesoureiro nem certificado exigido pela lei, o presidente dos Estados Unidos está autorizado a dar-lhe o titulo.

Depois se determinou que todos os titulos serão rubricados pelo secretario de estado e registrados em seu departamento. Si ao secretario de estado approvou reter o titulo, ou em caso de perda, denegar a sua cortidão, pôde-se suppor que a lei não ministre nem um recurso ao offendido?

Ninguém ousará sustentar proposição tão extravagante.

Segue-se, pois, que a questão, si a legalidade de um acto do chefe de um departamento está, ou não, sujeita ao exame de um tribunal judicario, depende sempre e necessariamente da natureza desse acto.

Si esses actos são sujeitos ao exame judicario, e outros não, deve haver uma regra local que guie o tribunal no exercicio de sua jurisdicção.

Em alguns pleitos surgirá difficuldade na applicação da regra aos casos particulares; creio, porém, que no assentala nenhuma difficuldade occorre.

Pela constituição dos Estados Unidos o presidente é investido de certos e importantes poderes politicos em cujo exercicio elle só recorre á sua discricção e só responde perante as leis de seu paiz, em seu caracter politico, e perante a sua propria consciencia. Para auxiliar-o no desempenho desses deveres, elle é autorizado a nomear certos funcionarios que obram sob a sua autoridade e em conformidade das suas ordens.

Em taes casos são delle os actos desses funcionarios; e qualquer que seja a opinião que se possa formar quanto ao modo como se exerceu a discricção executiva, é certo que não existe, nem pôde existir algum outro poder com capacidade para feitorizar essa discricção. Os assumptos são politicos. Dizem respeito á nação, não entendem com direitos individuais, e sendo confiados ao executivo, a decisão do executivo é definitiva. A applicação desta nota melhor se manifesta no exemplo da deliberação do congresso que organizou o departamento de negocios estrangeiros. Seu chefe, conforme a norma traçada na lei para o desempenho dos seus deveres, deve conformar-se exactamente com a vontade do presidente. Elle é um simples orgam por cujo meio se transmite aquella vontade. Os actos de tal funcionario, como funcionario, nunca poderão ser conhecidos pelo tribunal.

Quando, porém, a legislatura prescreve outros deveres a esse funcionario; quando elle manda peremptoriamente praticar certos actos; quando direitos individuais dependem do cumprimento desses actos; elle se torna, de facto e de direito, official da lei; é obri-

gado a dar á lei contas de seu procedimento, e não pode, a seu bel prazer, ludibiar de —breitos adquiridos por terceiros.

A conclusão desse raciocinio é que, até onde os chefes de departamentos são agentes politicos e confidenciaes do executivo, só destinados a executar a vontade do presidente, ou antes a obrar nos casos em que o executivo possui um arbitrio legal ou constitucional, nada mais certo que seus actos só podem ser investigados politicamente. Quando, porém, um dever especifico lhe é assignado por lei, e direitos individuais dependem do fiel cumprimento desse dever, parece igualmente certo que a pessoa que se julga offendida, tem o direito de recorrer ás leis de seu paiz para a sua desaffronta.

Si esta é a regra, seja-nos licito ver como se applica ao caso submettido á decisão do tribunal.

O poder de propor ao senado e o de nomear a pessoa proposta são poderes politicos que o presidente exerce segundo a sua discricção. Quando elle já houver feito qualquer nomeação, é certo que já terá exercido aquelle poder em toda a sua plenitude, e que de todo já terá applicado ao caso a sua discricção. Si por lei o funcionario é amovivel *ad libitum* do presidente, nesse caso outra nova nomeação poderá ser feita immediatamente, e os direitos do funcionario se perinem. Porém, como um facto que existiu não pôde de fôrma alguma ser tido como si nunca tivesse existido, a nomeação não pôde ser reduzida a nada; e, conseguintemente, si o funcionario não é, por lei, amovivel á vontade do presidente, os direitos que elle adquiriu são amparados pela lei e permanecem fóra da alçada da acção presidencial. Taes direitos não podem ser extintos pela vontade executiva; e assiste ao funcionario jus e acção para defendê-los do mesmo modo como se derivassem de outra fonte.

A questão, si ha ou não ha um direito adquirido, é, por sua essencia, judicaria, e cumpre ser decidida por autoridade judicaria. Si, por exemplo, o sr. Marbury houvesse prestado juramento do offeio de magistrado e como tal tivesse procedido a um acto, por cujo motivo se lhe houvesse intentado um processo de responsabilidado onde sua defesa dependesse da existencia da sua magistratura, a validade de sua nomeação seria impreterivelmente determinada por autoridade judicaria.

Assim, si elle pretende que por virtude de sua nomeação lhe assiste legitimo direito á commissão, cuja prova exhibiu, ou ao certificado dessa commissão, tal affirmativa constitue igualmente uma questão examinanda no tribunal, e a respectiva decisão depende da opinião formada pelos juizes ácerca de sua nomeação.

Esta questão foi discutida e a opinião é que o ultimo instante que pôde ser tomado como aquelle em que a nomeação já estava de todo feita e perfeita, correu quando, depois da assignatura do presidente, o sello dos Estados Unidos foi impresso na commissão.

E', pois, o tribunal de opinião:

1º, que o presidente dos Estados Unidos, em assignando o titulo de commissão ao sr. Marbury, o nomeou juiz de paz para o condado de Washington, no districto de Columbia; que o sello dos Estados Unidos, nelle impresso, é prova concludente da verdade da assignatura, e da summa perfeição da nomeação; e que a nomeação lhe conferiu legitimo direito ao offeio pelo termo de cinco annos;

2º, que Marbury, possuindo esse legitimo jus ao offeio, tem correlato direito á commissão; e que a recusa da entrega da commissão constitue flagrante violação desse direito, para cujo desagravo as leis de seu paiz lhe facultam recurso.

(Continúa.)

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Renda do dia 1 a 6 de fevereiro de 1900..... 486.192\$991

Idem do dia 7:

Em papel... 141.965\$643
Em ouro... 22.891\$296

164.856\$939

651.049\$930

Em igual periodo de 1899... 1.392.915\$800

RECEBEDORIA

Rendimento do dia 1 a 6 de fevereiro de 1900..... 500.375\$540
Idem do dia 7..... 127.365\$767

627.741\$307

Em igual periodo de 1899... 389.057\$892

RECEBEDORIA DO ESTADO DE MINAS GERAES NA CAPITAL FEDERAL

Rendimento do dia 7 de fevereiro de 1900..... 20.381\$970

Idem do dia 1 a 7..... 193.653\$929

Em igual periodo de 1899... 179.193\$777

NOTICIARIO

Tribunal de Contas—Ordens de pagamento sobre as quaes proferiu despacho do registro, em 6 do corrente, o Sr. presidente deste tribunal:

Ministerio da Industria, Vacção e Obras Publicas—Avisos:

N. 223, de 31 de janeiro, pagamento de 544\$117 a diversos, de fornecimentos à Directoria do Jardim Botânico, em dezembro do anno proximo passado;

N. 192, de 26 de janeiro, idem de 62\$ ao engenheiro José Gonçalves Chaves, das despezas judiciaes por elle feitas em 1899, quando fiscal da Estrada de Ferro de Pelotas ás colonias de S. Lourenço;

N. 191, da mesma data, idem de 9.000\$ à Companhia Lloyd Brasileiro, da subvenção pelas 1ª e 2ª viagens realizadas na linha do Sul, no mez de outubro do anno proximo passado;

N. 196, da mesma data, idem de 2.083\$330 à mesma, da viagem realizada na linha do centro, no mez de novembro do anno proximo passado;

N. 189, da mesma data, idem de 2.983\$330 à mesma, da viagem na linha do centro, no mez de outubro do anno passado;

N. 190, da mesma data, idem de 24.309\$ à mesma, pelas duas viagens na linha do Norte, no mez de setembro do anno proximo passado;

N. 185, da mesma data, idem de 3.191\$680 a diversos, de fornecimentos, nos mezes de abril, maio e setembro do anno proximo passado, à Inspeção Geral das Obras Publicas;

N. 204, da mesma data, idem de 3.901\$703 a diversos, de fornecimentos, nos mezes de abril a outubro do anno proximo passado, para o serviço de abastecimento de agua, a cargo da Inspeção Geral das Obras Publicas;

N. 214, da mesma data, idem de 9.000\$ à Companhia Lloyd Brasileiro, da viagem na linha intermediaria, no mez de outubro ultimo;

N. 213, da mesma data, idem de 1.351\$399 a diversos, de fornecimentos, nos mezes de julho, agosto, setembro e outubro do anno proximo passado, à Inspeção Geral das Obras Publicas;

N. 243, de 6 do corrente, pagamento de 1.770\$229 ao pessoal do registro civil da Directoria de Estatistica, relativo a janeiro;

N. 244, da mesma data, idem de 1.610\$ ao pessoal da officina typographica da referida repartição, naquelle mez;

N. 245, da mesma data, idem de 372\$ aos serventes da dita repartição, idem;

N. 246, da mesma data, idem de 1.201\$278 ao pessoal do recenseamento da supramencionada repartição, no mesmo mez.

Officio n. 6, da Inspectoria Geral da Illuminação da Capital Federal, de 31 de janeiro, pagamento de 9\$ das diarias do s rvente daquela repartição, correspondente ao mez de janeiro ultimo.

—Ministerio da Justiça e Negocios Interiores —

—Avisos: N. 284, de 29 de janeiro, pagamento de 2.683\$100 a diversos, de fornecimentos, em dezembro ultimo, à Directoria Geral de Saude Publica e ao Hospital Paula Candido;

N. 270, de 27 de janeiro, idem de 27.882\$480 a diversos, de fornecimentos feitos ao Lazareto da Ilha Grande, durante o 4º trimestre do anno findo;

N. 275, da mesma data, idem de 374\$159, da folha do pessoal que serviu interinamente nas diversas circumscripções policiaes desta Capital, durante o mez de dezembro ultimo;

N. 298, de 30 de janeiro, idem de 2.191\$840 a diversos, de fornecimentos, em dezembro ultimo, ao Instituto Nacional de Surdos-Mudos;

N. 263, de 23 de janeiro, idem de 10.600\$ ao juiz de direito Antonio Augusto Rodrigues de Moraes, dos ordenalhos que lhe competem a contar de 26 de julho de 1895 a 31 de dezembro ultimo;

N. 297, de 30 de janeiro, idem de 2.337\$560 a diversos, de fornecimentos, em novembro ultimo, ao Instituto dos Surdos-Mudos.

—Ministerio das Relações Exteriores —

—Avisos: N. 22, de 25 de janeiro, pagamento de 194\$250 à Companhia Lloyd Brasileiro, de uma passagem desta Capital ao Pará, ao capitão Polidoro Alcino Braga Cavalcanti, funcionario da commissão brasileira de demarcação de limites com a Guyana Francaeza;

N. 25, de 25 de janeiro, pagamento de 82\$900 a F. F. Braga, de fornecimento e collocação de diversos objectos destinados ás campanhas electricas da Secretaria de Estado.

Ministerio da Marinha—Aviso n. 175, de 27 de janeiro, pagamento de 3.221\$210 a diversos, de artigos do expediente, publicações, embaixações, lavagem de roupa, etc.

Arestos de Marshall—O *Diario Official* enceta hoje a publicação das decisões constitucionaes do primeiro juiz Marshall, commentador da Constituição dos Estados Unidos da America do Norte e creador da jurisprudencia desse paiz, traducção do Sr. Dr. Americo Lobo, ministro do Supremo Tribunal Federal.

Pagadoria do Thesouro—Pagam-se hoje as seguintes folhas: Diversas pensões de Marinha e Guerra M—Z, montepio de Marinha e Guerra M—Z, montepio dos funcionarios publicos A e pagamento do material.

EDITAES E AVISOS

Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro

Serão chamados, amanhã, 8 do corrente mez, os seguintes senhores:

EXAME PRATICO DE HISTOLOGIA

1ª serie odontologica

(A's 11 horas)

Henrique de Sá Pereira,
Eloy Angelo de Andrade Camara,
Luiz Baptista Laper,
Fernando Guilherme Kauffman.

Ivo José de Mello e Souza,
Aurelio Carvalho,
Affonso Hermenegildo Faller,
Manoel Libanio Teixeira,
Luiz Gonçalves de Britto Junior,
Carlos José Ribeiro Junior.

Turma suplementar

Oscar Cadret,
Francisco Faria de Lima,
Thomaz Adolpho Leivas,
João da Paiva Gonçalves,
José Francisco Barros,
Alvaro Morisson de Oliveira,
Luiz Farias dos Santos,
Edgar Ribeiro de Azevedo,
Henrique Meirelles Caspary,
Sylvio Pellico Fontoura,
Oscar Steffmann.

PROVA ORAL

1ª serie pharmaceutica (physica)

(A's 11 horas)

Mario Graciano de Lyra,
Horacio Hurlpia Filho,
Tancredo Lopes,
Raphael do Monte,
Mario Couto Aguirre,
Carlos Eugenio Guimarães,
José Brandon Fernandes Eiras,
Agerico de Castro e Silva,
Manoel Valdomiro Rodrigues dos Santos,
Dario Ferreira de Aguiar,
Jonas de Salles Cunha,
Joaquim Duarte Barbosa.

Turma suplementar

Candido Libanio,
Carlos Machado Bittencourt,
Maximiano Rodrigues Barbosa,
Oscar Vieira de Andrade,
Alfredo Blake Sant'Anna,
Francisco de Moura Brasil,
Francisco Borges Ramos,
Eunício Hoffeld,
Waldemar Pereira,
José Pires Portella Junior,
João das Virgens Lima,
João Correia Barbosa Junior.

Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1900. — O secretario, Dr. E. de Moraes.

Externato do Gymnasio Nacional

EXAMES DE PREPARATORIOS

Amanhã, 8 do corrente, ás 10 horas da manhã, serão chamados os candidatos inscriptos em historia natural sob os ns. seguintes:

6, 29, 43, 64, 80, 92, 139, 149, 163, 165, 194, 196, 199, 204, 205, 264, 281, 309, 318, 336, 347, 353, 364, 373, 380, 386, 401, 403, 407, 415, 431, 437, 457, 468, 469, 498, 509, 522, 526, 514, 570, 582, 590, 596, 606, 616, 663, 679, 684, 686, 687, 704, 707, 714, 715, 717, 729, 735, 736, 749, 767, 769, 794, 800, 808, 831, 836, 856, 869, 870, 871, 889, 920, 926, 928, 934, 936, 943, 946 e os inscriptos em portuguez sob os ns. seguintes:

1, 9, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 53, 59, 61, 62, 63, 65, 70, 73, 74, 75, 82, 85, 86, 87, 88, 90, 102, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 124, 125, 126, 129, 132, 133, 136, 140, 145, 146, 147, 152, 153, 155, 157, 158, 161, 162, 176, 178, 187, 188, 190, 191, 198, 200, 201, 207, 211, 212, 219, 223, 226, 227, 229, 237, 238, 242, 249, 253, 254, 255, 258, 259, 260 e 262.

Secretaria do Externato do Gymnasio Nacional, em 7 de fevereiro de 1900.—Paulo Tavares, secretario.

Escola Polytechnica

De ordem do Sr. Director interno faço publico, para conhecimento dos interessados, que não se tendo inscripto candidato algum para o concurso a vaga do substituto da 2ª secção do curso de Engenharia civil, cuja inscripção foi hontem encerrada, fica aberta uma nova inscripção pelo prazo de quatro mezes, a contar da presente data, para o referido concurso, de accordo com o art. 77 do Codigo de Ensino Superior, sendo as materias que comprehendem a referida secção as constantes do edital publicado em 1 de agosto do corrente anno no *Diario Official*, onde veem discriminados os artigos relativos ás formalidades e condições para a admissãõ, bem como as que se referem ás provas.

Secretaria da Escola Polytechnica, 1 de dezembro de 1899.—Bacharel José Joaquim de Miranda e Horta, secretario. (.

Escola de Minas de Ouro Preto

De ordem do Sr. Dr. director da Escola de Minas de Ouro Preto, faço constar que, da presente data em diante, estará aberta nesta secretaria a inscripção para o provimento definitivo do lugar de lente de metalurgia e lavra de minas.

Em virtude do art. 63 do Codigo das disposições communs ás instituições de ensino superior, ficará esta inscripção aberta ainda durante os tres primeiros dias uteis do futuro mez de setembro, uma vez que termine o prazo de quatro mezes por occasião dos exames finais, seguindo-se as férias.

Os candidatos devem satisfazer as disposições dos arts. 66, 67, 68, 71, 72 e 73 do já referido colligo.

Secretaria da Escola de Minas de Ouro Preto, 30 de janeiro de 1900.—O secretario, João Victor de Magalhães Gomes. (.

Thesouro Federal

RECONVERSÃO DAS APOLICES DE 4 % OURO

Por esta repartição se faz publico, para conhecimento dos interessados, que, a partir desta data em diante, não só a reconversão das apolices de 4 % ouro, como tambem o pagamento dos juros relativos ao 2º semestre de 1898, ao 1º e 2º de 1899, das cautelas já emitidas em virtude do decreto n. 2.907, de 11 de junho de 1898, se realizarão sómente ás quartas-feiras e sabbados, na Thesouraria Geral do Thesouro Federal, das 10 ás 2 horas da tarde.

Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal, 1 de fevereiro de 1900 —O director, M. C. de Lledo. (.

Directoria das Rendas Publicas

VENDA DE TERRAS EM SANTARÉM, NA FAZENDA NACIONAL DE SANTA CRUZ

Por esta directoria se faz publico que se achã aberta a concorrência para a venda de nove alqueires de terras, approximadamente, na fazenda de Santarém, em Santa Cruz, encravadas entre as terras de Domingos de Andrade Oliveira (fazenda da Coroação), Manoel André Ramos e outros, sendo o valor minimo de 30\$ por alqueire, e o arrematante obrigado ás despesas com a meação, sendo convidados os pretendentes a apresentarem suas propostas, em carta fechada, nesta directoria, durante o prazo de 30 dias, contados da publicação deste.

Directoria das Rendas Publicas, 17 de janeiro de 1900, — L. R. Cavalcanti de Albuquerque, director. (.

Recebedoria da Capital Federal

IMPOSTOS DE CONSUMO

Registro e venda de estampilhas

Faço publico que, de accordo com o regulamento que baixou com o decreto n. 3.535, de 21 do mez passado, hoje publicado no *Diario Official*, os Srs. fabricantes, negociantes e mercadores ambulantes dos artigos a que se refere o art. 1º do mesmo regulamento deverão registrar, até o dia 28 de fevereiro proximo futuro, nesta Recebedoria, não só os seus estabelecimentos, como os individuos que em pregarem na venda ambulante (art. 2º), mediante as seguintes taxas (art. 11):

Fabricas	200\$000
Depositos de fabricas e casas commerciaes por grosso	100\$000
Casas commerciaes retalhistas, exclusivamente de productos tributados	50\$000
Casas commerciaes retalhistas com outros ramos de negocio além do producto tributado	30\$000
Casas commerciaes retalhistas de mais de um producto, tributado	20\$000
Mercador ambulante por conta propria ou alheia	20\$000
Pequeno fabricante trabalhando só ou com pequeno numero de operarios e por conta propria	20\$000

Não são considerados mercadores ambulantes os caixeiros viajantes que levarem para o interior amostras de mercadorias, as quaes, entretanto, deverão estar selladas (art. 2º, segunda parte).

É isento do pagamento do registro o pequeno fabricante que não estiver sujeito ao imposto de industria e profissões (art. 11, paragrapho unico).

Aos fabricantes, commerciantes por grosso e retalhistas e mercadores ambulantes de bengalas, calçado, cartas de jogar, chapões, conservas, especialidades pharmaceuticas, perfumarias, phosphoros, sal, velas e vinagre, serão fornecidos gratuitamente os registros, si já se acharem registrados para o fabrico ou commercio de outros generos sujeitos ao imposto de consumo (art. 2º, paragrapho unico.)

Os industrias e commerciantes, que se estabelecem depois de 28 de fevereiro, deverão obter o registro antes de iniciarem suas operações commerciaes, pagando integralmente a respectiva taxa, qualquer que seja a época em que o obtinham (art. 3º).

Incorrerão na multa de 300\$ os fabricantes e negociantes que não registrarem o seu estabelecimento de conformidade com o que vae acima exposto e consta do capitulo 2º do mesmo regulamento (art. 28, letra a.)

Outrosim, que, de accordo com o disposto no art. 71, os importadores e os negociantes por grosso ou a retalho, que durante o prazo de 20 dias, a contar de hoje, ainda tiverem em seus estabelecimentos mercadorias não estampilhadas, ou estampilhadas incompletamente, deverão supprir-se nesta repartição das estampilhas necessarias que, por excepção ao que dispõe os arts. 22 e 23, serão durante o mesmo prazo vendidas em qualquer quantidade, para qualquer especie e a qualquer pessoa.

Para o stock existente nas casas commerciaes de chapões e tecidos serão vendidas estampilhas a prazo de seis mezes aos negociantes que o requererem e em quantia nunca inferior a 500\$, mediante termo de responsabilidade em que se garanta o debito com as mercadorias, benefitorias, arnações, utensilios e moveis existentes nas casas commerciaes requerentes (art. 68).

Recebedoria da Capital Federal, 27 de janeiro de 1900.—O director interno, J. Ramos da Silva Junior. (.

3º DISTRICTO

Industrias e profissões

Em virtude do art. 22 do regulamento de industrias e profissões para o corrente exercicio, peçoas abaixo assignadas que venham resolver duvidas que são encontradas nas inscripções em desacordo com o lançamento de 1899.

- Rua Fresca n. 22, Araujo Vianna Freitas & Comp.
- Rua do Chile:
 - N. 74, Guichard & Comp.
 - N. 9, Dr. Frederico de Faria Ribeiro.
 - N. 20, Casa Publica Iora Methodistista.
 - N. 20, H. C. Fisher.
 - N. 31, Francisco de Oliveira Guimarães.
 - N. 18, Dr. Luiz Carlos da Silva Nazareth.
- Cattete:
 - N. 91, João Lourenço Lopes.
 - N. 1, Domingos Catharino da Costa.
 - N. 225, João Luiz Cazalta.
 - N. 246, Dr. Venancio Lisboa.
 - N. 241, Alfredo Reve.
 - N. 8, Daniel Esteves.
 - N. 207 B, Jean Schreyde.
 - N. 239, a Companhia Ferro Carril Jardim Botânico.
 - N. 43, José Leoni.
 - N. 61, João Gonçalves Ferraz.
 - N. 12, Antonio Luiz da Costa Penna.
 - N. 213, José Teixeira Sampaio.
- Rua Nova Guanabara n. 56, Jacintho da Rocha.
- Rua Visconde de Maranguapó n. 39, Manoel da Costa Prado.
- Rua Alice n. 29, José Vieira da Costa Sobrinho.
- Rua da Lapa:
 - N. 71, João Patricio da Silva Valladão.
 - N. 65, João Patarro & irmão.
 - N. 55, Fernando de Assis Lopes.
- Rua Conselheiro Pereira da Silva n. 5, Barilly & Comp.
- Morro da Viuva, sem numero, Antonio Jannuzzi, irmão & Comp.
- Praia de Botafogo n. 284, José Lourenço de Oliveira.
- Rua Humaytã n. 32, A. F. Guimarães.
- Rua D. Manoel:
 - N. 33, Manoel Dantas Gama.
 - N. 64, M. J. Oliveira & Comp.
- Rua D. Luiza n. 31, João Andrade.
- Rua Marquez de Abrantes n. 16, João da Costa.
- Rua Evaristo da Veiga n. 23, Bernardino José Soares.
- Rua Farani n. A 2, Carlos Salgado & Comp.
- Rua Sergipe:
 - N. 22, Francisco Paula da Silva.
 - N. 46, Joaquim Ordenho Ferreira.
- Becco da Fidalga n. 2, José Marques da Silva.
- Rua Dous de Dezembro n. 68, Bastos & Irmão.
- Rua das Laranjeiras:
 - N. 11, Cesar de Mattos.
 - N. 114 A, José Moreira Ribeiro.
- Rua Fernandes Guimarães n. 54, Manoel Germano da Silva.
- Rua Farani, sem numero, José Antonio Villas.
- Rua Senador Vergueiro, sem numero, Antonio Martins.
- Rua Tavares Bastos n. 6, Manoel de Faria.
- Rua Dezenove de Fevereiro, n. 36, Dr. Armino de Lima.
- Rua General Polydoro:
 - N. 4, Golart & Rocha.
 - N. 12, Guerin Frederico.
- Rua da Americandia:
 - N. 83, Menlonça & Ayro.
 - N. 69, Teixeira & Alves.
 - N. 10, Felipe Betas.
 - N. 79, Reynaldo & Irmão.
 - N. 30, Justo Sanchez & Comp.
- Rua Oliveira Fausto:
 - N. 27 A, João Antonio Coelho.
 - N. 5, José Meleiros A Victorino Rego.

Rua do S. Clemente:
N. 83, Dr. Francisco Campello.
N. 101, Antonio Machado Dutra.
Rua do Passio n. 18, Alves & Cadouco.
Rua dos Voluntarios da Patria n. 104, Manoel Ignacio Garcia.
Travessa Costa Velho n. 3, M. J. Pereira Machado.
Praça do Castello n. 13 A. Silva Santos & Comp.
Rua Barroso, sem numero, Candido José de Oliveira.
Rua Marquez de S. Vicente n. 2 A, José Alves de Brito.
Rua Conselheiro Moraes Valle n. 15, J. Marinho Bastos.
Rua Vinte de Novembro, sem numero, Artigas & Comp.
Rua Santa Clara, sem numero, Marceau & Tavares.
Rua Nossa Senhora do Copacabana:
Sem numero, Rosalina Alves Barbosa da Silva.
N. 4, Fernandes & Comp.
Rua Tonelion n. 5, Lutri Andrano.
Pede-se que venham solver suas duvidas até o dia 25 do corrente.
Recebedoria, 7 do fevereiro de 1900.— O encarregado do lançamento, *João Rodrigues Lins*.

Monte de Socorro

Tendo o conselho fiscal da Caixa Economica e Monte de Socorro deliberado na sessão de hontem, 2º do corrente, reduzir a taxa de juro dos empréstimos sob penhoras no Monte de Socorro, de 9% a 8% ao anno,—assim o faço publico, de ordem do mesmo conselho fiscal, para conhecimento dos interessados; devendo a nova taxa vigorar de 1 de fevereiro proximo em diante.

Caixa Economica e Monte de Socorro, 30 de janeiro de 1900.—O gerente, *J. A. de Magalhães Castro Sobrinho*.

Alfandega do Rio de Janeiro

EDITAL COM PRAZO DE 30 DIAS

Pela inspectoría desta alfandega se faz publico que, achando-se as mercadorias contidas nos volumes abaixo mencionados no caso de serem arrematadas para consumo, os seus donos ou consignatarios deverão despaletar e retirar-as no prazo de 30 dias, sob pena de, findo este, serem vendidas por sua conta, nos termos do tit. 5º, cap. 5º da *Consolidação das Leis das Alfandegas*, sem que lhes fique direito de allegar contra os efeitos desta venda.

Armazem n. 9 — Alliança: 1 barril, vindo de Antuerpia no vapor portuguez *Rei de Portugal*, descarregado em 3 de junho de 1899; consignado a *Zenith Ramos & Comp.*

Alto Minho: 1 dito, vindo da mesma procedencia, vapor, descarga e consignado a *Monteiro Taveira & Comp.*

CMC: 1 dito, vindo da mesma procedencia, vapor, descarga e consignação.

FP: 1 dito, vindo da mesma procedencia, vapor, descarga e consignado a *Flora, Pinto & Comp.*

Gonçalves: 5 ditos, vindos da mesma procedencia, vapor, descarga e consignados a *J. J. Gonçalves & Comp.*

GB: 1 volume, vindo da mesma procedencia, vapor e descarga.

GSA: 1 barril, vindo da mesma procedencia, vapor e descarga.

HR: 1 dito, vindo da mesma procedencia, vapor e descarga.

JTC: 8 ditos, vindos da mesma procedencia, vapor, descarga e consignados a *Albino Marinho Teixeira*.

MDC: 1 dito, vindo da mesma procedencia, vapor, descarga e consignado a *Moura Dias & Comp.*

MPC: 1 volume n. 10, vindo da mesma procedencia, vapor, descarga e consignado a *Monteiro Pinto & Comp.*

RI: 1 barril, vindo da mesma procedencia, vapor, descarga e consignado a *Rodrigues Irmão*.

Sem marca: 2 ditos, vindos da mesma procedencia, vapor e descarga.

MRM—1.818: 2 balas, vindas de Antuerpia no vapor allemão *Carl*, descarregadas em 19 de junho de 1899; consignadas a *Mendes R. Martins*.

APC: 1 barril, vindo de Bremen no vapor allemão *Aresburg*, descarregado em 30 de junho de 1899; consignado a *Antonio Thomas Quartim*.

MP: 1 dito, vindo da mesma procedencia, vapor, descarga e consignado a *Martins Pacheco*.

AG de M: 6 engradados ns. 8 a 13, vindos de Trieste no vapor austriaco *Saint-Istran*, descarregados em 23 e 26 de junho de 1899 e consignados a *Alberto G. de Mattos*.

Alfandega do Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1900.—Pelo inspector, *Francisco Manoel Ferrindes*, ajudante.

Contadoria da Marinha

ASSIGNATURA DE CONTRACTO

Grupos 8, 15 e 22—*Passomanari Lumpista e Instrumentos de musica*

Nos termos do aviso n. 174, de 27 de janeiro ultimo, e do art. 32 do regulamento que baixou com o decreto n. 3.258, de 11 de abril de 1899, são convidados os negociantes *Vicente da Cunha Guimarães, A. Ferreira Neves & Comp., Azavedo Alves & Carvalho, Souza Moraes & Comp., Rocha Teixeira & Comp., Manoel Rodrigues da Cruz e A. Guimarães & Comp.*, a comparecerem nesta repartição no prazo de tres dias uteis, a contar de 8 do corrente, afim de firmarem os respectivos contractos, ficando na intelligencia de que incorrerá na multa de 5% aquelle que deixar de o fazer.

Contadoria da Marinha, em 7 de fevereiro de 1900.—O contador, *Antonio de Babo Ribeiro e Sousa Junior*.

Intendencia Geral da Guerra

ASSIGNATURA DE CONTRACTO

Os Srs. *Rocha Teixeira & Comp., Alberto de Almeida & Comp., Eraldo Moniz & Comp. e Fonseca Santos & Comp.*, são convidados a comparecer na 1ª secção desta repartição afim de firmarem o contracto dos artigos que lhes foram aceitos em sessão da commissão de compras, realizada a 5 do corrente, na intelligencia de que incorrerá na multa de 5%, aquelle que deixar de o fazer até o dia 8 do corrente.

Primeira secção da Intendencia Geral da Guerra, 5 de fevereiro de 1900.—O chefe de secção, *Manoel Ferreira Neves Junior*.

ARTIGOS DE ESCRITORIO, DE EXPEDIENTE E CARVÃO DE PEDRA

A commissão de compras desta repartição recebe propostas, no dia 9 do corrente, até as 11 horas da manhã, para o fornecimento de artigos de escriptorio, e no dia 10, ás mesmas horas, para os demais artigos constantes acima, durante o primeiro semestre do corrente anno. As pessoas que pretendem contractar esses fornecimentos queiram procurar na 1ª secção desta intendencia, os respectivos impressos, devendo previamente apresentar suas habilitações, na forma do regulamento e mais ordens em vigor, e bem assim a caução de 1:000\$ na Contadoria Geral da Guerra. Previne-se que as propostas devem ser em duplicata, escriptas com tinta preta, sem rasuras e assignadas pelos proprios proponentes, que deverão comparecer ou fazerem-se representar legalmente na occasião da sessão, devendo na referida proposta fazer a declaração de sujeitarem-se a multa de 5%, caso recusarem a assignar o respectivo contracto.

Primeira secção da Intendencia Geral da Guerra, 5 de fevereiro de 1900.—O chefe de secção, *Manoel Ferreira Neves Junior*.

Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar

CONCURRENCIA PUBLICA

Medicamentos, drogas e utensilios

De conformidade com a ordem do Ministerio da Guerra e as instrucções do director geral de saude do exercito, faço publico que a commissão de compras deste laboratorio se reunirá no dia 22 do corrente mez, para o recebimento das propostas para fornecimento, no corrente exercicio, das drogas, medicamentos, appositos, vasilhame e utensilios de pharmacia de procedencia estrangeira.

A concorrência terá logar na sala da administração do laboratorio, ás 10 horas da manhã do referido dia.

As pessoas que pretenderem contractar este fornecimento deverão procurar no laboratorio até o dia anterior ao da concorrência, a relação impressa dos artigos precisos e as condições para base do contracto.

O fornecimento se fará em duas porções ou partidas correspondentes aos dois semestres reguladas, porém, pelos respectivos pedidos.

Cada uma dellas será satisfeita em sua totalidade por importação directa do estrangeiro com destino ao laboratorio, por conta e risco do contractante.

Os volumes contendo os artigos serão em troques na Alfandega desta Capital, e despachadas mediante os conhecimentos de embarque apresentados em tempo á Direcção Geral de Saude do Exercito, sahindo directamente da Alfandega para o laboratorio os referidos volumes.

As propostas serão impressas e em duplicata, servindo para esse fim as relações fornecidas e serão entregues fechadas em capa, em sessão da commissão.

Bem assim, serão assignadas com tinta preta sobre o selo competente e rubricadas todas as folhas, não podendo conter rasuras nem emendas.

Nenhuma proposta será recebida pela commissão sem que antes o proponente apresente documentos que provem haver pago os impostos de sua industria e haver depositado no cofre da Contadoria Geral da Guerra a quantia de tres contos de réis (3.000\$) como garantia para a assignatura e execução do contracto.

Os preços propostos para os artigos se referirão ás quantidades mencionadas na relação a deverem ser em moeda sterlina (ouro comprehendidas todas as despesas até a chegada dos volumes na Alfandega).

As propostas só poderão ser por completo de todos os artigos relacionados e serão comparadas pelas respectivas importancias totaes, sendo preferida aquella que offerecer maiores vantagens em preços e qualidade dos artigos.

O pagamento se fará pela forma estipulada nas condições para base dos contractos.

Os proponentes deverão se achar presentes ou se fazerem legalmente representar no acto da concorrência, ficando-lhes reservado o direito para assignatura do contracto.

No laboratorio se darão todos os esclarecimentos precisos sobre as condições dos artigos a serem contractados.

No caso do proponente a quem couber o fornecimento não comparecer para assignar o contracto, perderá, revertendo para a Fazenda Nacional, o valor do deposito feito na Contadoria Geral da Guerra.

Secretaria do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar, 1 de fevereiro de 1900.—*José Antonio de Azeredo Vianna*, escripturario-secretario da commissão.

PROPOSTAS

Tendo o Sr. marechal Ministro da Guerra, por aviso n. 12, de 25 do corrente, annullado a concorrência realizada neste laboratório no dia 10 deste mez, a commissão de compras de novo se reunirá na sala da administração do mesmo estabelecimento no dia 10 de fevereiro proximo, ás 10 horas da manhã, para o recebimento das propostas para o fornecimento annual, no exercicio de 1900, das drogas e mais productos nacionaes, constantes da relação que será entregue aos proponentes na secretaria do laboratorio.

Os artigos para fornecimento dos quaes é chamada concorrência publica deverão ser de primeira qualidade, a juizo da commissão, e os proponentes no acto de entregarem suas propostas apresentarão as amostras devidamente rotuladas e acondicionadas, para serem julgadas.

As pessoas que pretenderem contractar este fornecimento deverão previamente fazer caução na Contadoria Geral da Guerra da quantia de 500\$, como garantia para assignatura e execução dos contractos.

As propostas poderão ser impressas ou manuscritas; neste caso devem ser escriptas e assignadas com tinta preta sobre estampilha e não poderão conter razuras nem emendas.

Os proponentes, ao entregarem suas propostas, deverão apresentar documentos que provem haver pago os impostos de sua industria e da caução feita na Contadoria da Guerra.

Não serão tomadas em consideração propostas condicionaes, nem quaesquer offeras de vantagens ou onus sobre os artigos propostos.

O fornecimento se fará na razão das necessidades do laboratorio, por meio de pedidos, nos quaes será indicado o prazo para a apresentação dos artigos.

No caso de recusa á assignatura do contracto, o proponente cujos preços forem preferidos perderá, revertendo em favor da Fazenda Nacional, a importância da caução, igualmente a perderá no caso de falta de cumprimento do contracto, que importa em sua rescisão.

Secretaria do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar, 30 de janeiro de 1900. — José Antonio de Azeredo Vianna, escripturario.

Ministerio da Industria Viação e Obras Publicas

DIRECTORIA GERAL DE OBRAS E VIAÇÃO

De ordem do Sr. Ministro, se faz publico que, até a 1 hora da tarde do dia 18 de março proximo vindouro, se receberão propostas na Directoria Geral de Obras e Viação da respectiva Secretaria de Estado, para o contracto das obras do trecho do extincto prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, entre Carvoracy e Alegrete, e trafego de toda a linha de Alegrete a Uruguayana.

As ditas propostas offerecerão vantagens sobre o contracto de 30 de março de 1899, celebrado com Carlos Alegre, ultimamente fallecido, contracto que em seguida vai reproduzido para conhecimento de todos a quem possa interessar.

A caução de que trata a clausula VII do alludido contracto fica elevada ao triplo.

O proponente depositará do Thesouro Federal a quantia de dous contos de réis (2:000\$) para garantir a assignatura do contracto dentro do prazo de 30 dias, depois da notificação pelo Diario Official da accettazione de sua proposta, sob pena de perder a mesma caução, caso assim o não faça.

Si outra proposta não offerecer vantagens sobre a que apresentar o engenheiro Adolpho Costa da Cunha Lima, será a deste preferida, mediante as necessarias garantias.

Directoria Geral de Obras e Viação, em 18 de janeiro de 1900. — Cactano Cesar de Campos, director geral.

CONTRACTO A QUE SE REEFERE ESTE EDITAL

Aos trinta dias do mez de março de mil oitocentos e noventa e nove, presentes na Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, no Rio de Janeiro, o Senhor Doutor Severino dos Santos Vieira, Ministro de Estado dos Negocios da mesma Repartição, por parte do Governo Federal dos Estados Unidos do Brazil, o Senhor Carlos Alegre, declarou o Senhor Ministro que, de accordo com o decreto numero tres mil duzentos e oito de trinta e um de janeiro do anno corrente, usando da autorização constante do artigo vinte e cinco, lettra —e—, da lei numero quinhentos e sessenta, de trinta e um de dezembro de mil oitocentos e noventa e oito, e attendendo á exposição do engenheiro fiscal da Estrada de Ferro do Porto Alegre a Uruguayana, resolvia contractar com o dito Senhor Carlos Alegre a conclusão do trecho do extincto prolongamento da mesma Estrada entre Carvoracy e Alegrete, e trafego, á sua custa e sob sua responsabilidade, de toda a linha de Alegrete a Uruguayana, observando-se as seguintes clausulas:

I
É concedido a Carlos Alegre o direito de concluir á sua custa o trecho do extincto prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, de Carvoracy a Alegrete, dentro do prazo de um anno, a contar da data deste contracto, o trafegar toda a linha entre Alegrete e Uruguayana, igualmente á sua custa e sob sua responsabilidade.

II
O prazo da presente concessão para uso e gozo da estrada entre Uruguayana e Alegrete será de dez annos, fornecendo-lhe o Governo o material adquirido para a construção do extincto prolongamento, que for necessario para a conclusão do trecho a que allude o presente contracto e correndo as despesas de condução daquelle material por conta do contractante.

III
Montará o contractante as quarenta pontes de ferro entre Carvoracy e Alegrete, existentes á margem da linha; davon, nessas pontes e sobre o leito da estrada, empregar dormentes nas condições exigidas no contracto Malaquias Toohy e Freitas Reis.

IV
Nos pontos da linha que, precisando de obras de arte, não as tenham construidas já, é permitido ao contractante fazer passagens provisórias nas condições de segurança para a velocidade de vinte e cinco a trinta kilometros. Caso seja necessario dar a essas passagens caracter definitivo, a juizo do Governo, este, no fim do prazo deste contracto, indemnizará o contractante do excesso de despesa feita para dar-lhe esse caracter definitivo sobre a que seria necessaria para a obra provisoria.

V
O contractante obriga-se a conservar em perfeito estado o trecho e respectivas dependencias da linha já construida, de Uruguayana a Carvoracy, e que vier a construir de Carvoracy a Alegrete, sob pena de rescisão do contracto e de perda da caução, de modo a permittir aos trens, com toda a segurança, a velocidade de 25 a 30 kilometros por hora.

VI
O Governo indemnizará o contractante o material rodante que elle adquirir para o serviço do trafego, si, dentro do prazo deste contracto, não preferir arrendar ao mesmo contractante a estrada nas mesmas condições do actual contracto de arrendamento á Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil, por tempo que não exceda o da terminação do referido contracto.

VII
O contractante prestará uma caução de dous contos de réis (2:000\$), recolhida aos cofres da União, em moeda nacional ou em apolices da divida publica, para garantia da execução deste contracto.

VIII

O contractante obriga-se a entrar menal e adeantadamente para os cofres publicos com a quantia de trescentos mil réis (300\$), destinada ás despesas de fiscalização da construção e do trafego.

IX

A caução de que trata a clausula setima será reforçada annualmente com a quota de dez por cento (10%) dos lucros liquidos que realizar o contractante.

X

As tarifas para passageiros, bagagens, encomendas e mercadorias serão approvadas pelo Governo e terão por base de calculo os preços actualmente cobrados pelo contractante no trecho Uruguayana-Carvoracy.

XI

O contractante não poderá abrir ao trafego porção alguma de estrada entre Carvoracy e Alegrete sem previo exame e autorização do engenheiro fiscal do Governo.

XII

Caso, antes de terminado o prazo de dez annos, convencionado na clausula segunda, o Governo precise de trafegar o trecho a que se refere este contracto, indemnizará o contractante de tantas decimas partes do capital empregado nas obras de conclusão quantos annos faltarem para terminar o referido prazo, mais os juros de sete por cento (7%) ao anno, sobre o capital total, pagos por semestres vencidos, a contar do semestre em que tomar posse da estrada, até o fim do mesmo prazo.

XIII

O excesso da renda liquida da estrada sobre oito por cento (8%) do capital empregado nas obras de conclusão revertirá á amortização da importancia gasta nas obras definitivas da mesma estrada ou será applicado á execução dessas obras.

Por assim haverem accordado, e por ter sido depositada a caução de dez contos de réis (10:000\$), segundo telegramma de nove (9) do mez de março corrente, do delegado fiscal do Thesouro Federal, em Porto Alegre, dirigido ao Sr. Ministro, mandou o mesmo Sr. Ministro lavrar o presente contracto, que assigna com o Sr. Carlos Alegre, com as testemunhas Arthur Leal Nabuco de Araujo e Raymundo Pereira e Souza, e commigo José Joaquim de Moraes Rego, que o escrevi.

ADDITIONAMENTO

Em additionamento ao edital de 19 de janeiro findo, para o contracto das obras do trecho do extincto prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, entre Carvoracy e Alegrete e trafego de toda a linha de Alegrete a Uruguayana, se faz publico, de ordem do Sr. Ministro, que no escriptorio do engenheiro fiscal daquelle estrada tambem poderão ser apresentadas propostas para aquelle fim até o mesmo dia e hora, feitas as cauçoes na Delegacia Fiscal competente.

Directoria Geral de Obras e Viação, 6 de fevereiro de 1900. — Cactano Cesar de Campos, director geral.

Estrada de Ferro Central do Brazil

CONCURSO PARA O LOGAR DE CONFERENTE DE 3ª CLASSE

De ordem da Directoria, faço publico que, de accordo com o § 1º do art. 58 do regulamento, começarão no dia 15 do corrente, na 2ª divisão, trafego, os exames dos candidatos ao logar de conferente de 3ª classe.

Os exames consistirão de: Portuguez—Noções geraes de grammatica, analyse logica e grammatical, leitura corrente, composição livre sobre qualquer assumpto, redacção official.

Arithmetica — Operações fundamentaes, fracções ordinarias, numeracão decimal, systema metrico e problemas.

Os candidatos devem inscrever-se nesta secretaria até o dia 13, apresentando requerimento instruído com documentos que provem: ser maior de 18 e menor de 35 annos; boa conducta e sanidade.

Os empregados da estrada de categoria inferior poderão também inscrever-se por intermedio da apresentação dos respectivos chefes.

Os candidatos cujos requerimentos estão aguardando concurso devem se apresentar nesta secretaria, reclamando inscrição.

Os candidatos julgados inhabilitados neste concurso só poderão inscrever-se para novo exame quando decorrido o prazo de um anno.

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brazil, 1 de fevereiro de 1900.—O secretario, *Manoel Fernandes Figueira*.

EDITAES

Tribunal Civil e Criminal

CAMARA COMMERCIAL

De publicação de sentença que declarou aberta a fallencia de Montenegro Mendes & Comp., estabelecidos à rua Theophilo Otttoni n. 16, na fôr. na abaixo

O Dr. Celso Aprigio Guimarães, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal, etc.:

Faz saber aos que o presente edital virem que, por este juizo e cartorio do escrivão que este subscreve, processam-se os autos de fallencia de Montenegro Mendes & Comp., a qual foi declarada aberta pela sentença do teor seguinte: Em vista da confissão por termo à fls. 9, declaro aberta a fallencia de Montenegro Mendes & Comp., a datar de hontem. Seja esta decisão devidamente publicada e nomeio syndicos os credores Albino Sá & Comp. e o Banco do Commercio; custas pela massa. Rio, 6 de fevereiro de 1900. — *Celso Aprigio Guimarães*. Em virtude do que se passou o presente pelo teor do qual se faz publica a sentença que declarou aberta a fallencia de Montenegro Mendes & Comp., para os fins de direito. Para constar, passaram-se este e mais tres de igual teor, que serão publicados e affixados na fôrma da lei. Dado e passado nesta Capital Federal, em 7 de fevereiro de 1900. Eu, Francisco de Borja de Almeida Côrte Real, escrivão, o subscrevi. — *Celso Aprigio Guimarães*.

De intimação de José da Natividade da Cunha e de Castorina Vicencia da Costa

O Dr. José Augusto de Oliveira, juiz da 13ª pretoria do Districto Federal, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou delle noticia tiverem que, achando-se parados, sem andamento, os inventarios orphanologicos de Jesuina de Castro Cunha e de Roberto Pereira da Costa, este desde junho de 1898 e aquelle desde o mesmo mez de 1897 e ausentes os inventariantes em logar incerto e não sabido, como o faz certo as certidões lavradas pelos officios de justiça encarregados de os intimar, pelo presente cito e chamo a juizo aos mesmos inventariantes, José da Natividade da Cunha e Castorina Vicencia da Costa para que, no prazo de cinco dias, que correrão em cartorio, venham a este juizo dar andamento aos respectivos inventarios, sob pena de remoção e desquestro. As audiencias deste juizo tem logar na sua sede à rua Goyaz antiga, hoje Doutor Archias Cordeiro n. 386, durante as férias, nos subbdos ao meio-dia, e os despachos são dados diariamente. E quem dos citados tiver conhecimento lhes dará noticia. Dado e passado nesta Capital dos 6 de fevereiro de 1900. Eu, Rodrigo Januario de Oliveira Ramos, escrivão, o escrevi. — *José Augusto de Oliveira*.

PARTE COMMERCIAL

Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal

CURSO OFFICIAL DE CAMBIO E MOEDA METALLICA

	90 d/v	A' vista
Sobre Londres.....	7 31/32	7 15/16
Sobre Pariz.....	1\$197	1\$201
Sobre Hamburgo.....	1\$177	1\$483
Sobre Italia.....	—	1\$142
Sobre Portugal.....	—	488
Sobre Nova-York.....	—	6\$228
Soberanos.....	30\$800	—
Ouro nacional, por 1\$.	3\$449	—

CURSO OFFICIAL DE FUNDOS PUBLICOS

Apolices	
Apolices geracs miudas, de 5 %	869\$000
Ditas geraes de 1:000\$, 5 %.....	880\$000
Ditas do Empréstimo Nacional de 1895, port.....	868\$000
Ditas idem de 1895, nom.....	890\$000
Ditas idem de 1897, port.....	1:000\$000
Ditas do Empréstimo Municipal de 1896, port.....	168\$000
Bancos	
Banco Lavoura e Commercio....	114\$000
Dito da Republica do Brazil....	191\$000
Dito Commercial do Rio de Janeiro.....	214\$000
Companhias	
Comp. Construções Urbanas ...	3\$500
Dita Estrada de Ferro Oeste de Minas, c/ 37 1/2 %.....	4\$750
Dita Melhoramentos no Brazil..	16\$500
Dita Minas de S. Jeronymo....	28\$000
Dita Loterias Nacionaes do Brazil	112\$000
Dita Jardim Botânico.....	153\$000
Dita S. Christovão.....	162\$500
Debentures	
Debs. União Sorocabana e Ituana, 1ª serio.....	63\$750
Capital Federal, 7 de fevereiro de 1900.—	—
O syndico, <i>José Claudio da Silva</i> .	—

SOCIEDADES ANONYMAS

Banque Française du Brésil

BALANCETE EM 31 DE JENEIRO DE 1900

Activo	
Accionistas, capital a realizar.....	5.000:000\$000
Caixa.....	3.740:562\$762
Filiaes e agentes.....	6.765:197\$360
Letras descontadas.....	3.228:257\$090
Letras a receber.....	2.613:414\$853
Contas correntes garantidas.....	4.343:645\$450
Valores depositados.....	2.750:849\$800
Valores caucionados.....	7.902:653\$690
Diversas contas.....	2.115:989\$632
	38.280:570\$637
Passivo	
Capital.....	10.000:000\$000
Contas correntes com e sem juros.....	2.329:049\$666
Contas correntes a prazos fixos.....	2.689:253\$808
Filiaes e agentes.....	8.444:728\$715
Letras a pagar....	189:897\$360
Titulos em caução e deposito.....	10.743:503\$490
Diversas contas.....	3.884:137\$508
	38.280:570\$637

S. E. ou O.—Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1900.—O director, *C. Blum*.—O chefe da contabilidade, *V. Marsot*.

London and River Plate Bank, Limited

ESTABELECIDO EM 1862

BALANCETE DA CAIXA FILIAL NESTA PRAÇA EM 31 DE JANEIRO DE 1900

Capital.....	£ 1.500.000
Capital realizado.....	£ 900.000
Fundo de reserva.....	£ 1.000.000
Activo	
Letras descontadas.....	5.700:871\$220
Letras a receber.....	7.582:606\$620
Empréstimos, contas caucionadas, etc.....	6.189:283\$790
Caixa matriz, filiaes e agencias.....	12.298:170\$440
Diversas contas.....	2.044:337\$160
Penhores de empréstimos de contas caucionadas, etc..	11.589:587\$370
Valores depositados.....	16.199:939\$780
Caixa em moeda corrente no cofre do banco.....	8.041:797\$710
	69.646:594\$090
Passivo	
Capital declarado da caixa filial.....	1.500:000\$000
Depositos a prazo fixo e com aviso.....	8.430:521\$670
Contas correntes sem juros.	12.229:537\$870
Diversas coutas.....	8.448:781\$200
Titulos em caução e deposito.....	27.789:527\$150
Letras a pagar.....	214:561\$730
Caixa matriz, filiaes e agencias.....	11.023:664\$470
	69.646:591\$090

S. E. ou O.—Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1900.—Pelo London and River Plate, Bank, limited.—Assignados: *F. S. Youle* acting-manager.—*C. H. Lloyd*, acting-accountant.

ANNUNCIOS

A The Western And Brazilian Telegraph Company, Limited, e a The Brazilian Submarine Telegraph Company, Limited, tendo tornado effectiva a autorização concedida pelo decreto n. 3.307, de 6 de junho de 1899, passam a funcionar, desta data em deante, como uma só companhia, sob a denominação de The Western Telegraph Company, Limited.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1900.—*R. J. Reidy*, representante.

Imprensa Nacional

Acha-se á venda na thesouraria deste estabelecimento o regulamento para a arrecadação dos impostos de consumo, ao preço de 500 réis cada exemplar.

Acha-se á venda na thesouraria deste estabelecimento o regulamento de custas judicias da Justiça Federal, ao preço de 500 réis cada exemplar.

A' praça

A. Avenir & Comp. communicam a esta praça que um seu empregado perdeu, no trajecto do Banco do Commercio ao Banco Allemão, um cheque do Banco do Commercio de n. 8.799, da quantia de dezesseis contos de réis (16:000\$000), e que já tomaram todas as providencias para que não seja elle pago onde quer que seja apresentado.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1900.

Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1900